

RELATÓRIO

**Componente património a integrar o Estudo de Impacte
Ambiental referente à Unidade de Execução Quinta das Damas,
Ajuda, Lisboa**



Fevereiro 2023



Índice

1. Ficha Técnica	3
2. Introdução	4
3. Objectivos e Metodologia	6
3.1. Objectivos	6
3.2. Metodologia	6
4. Enquadramento geográfico e geológico	14
5. Enquadramento histórico e arqueológico	19
5.1. Enquadramento histórico	19
5.1.1. Alameda dos Pinheiros	26
5.1.2. Calçada da Ajuda	29
5.1.3. Rua da Bica do Marquês	35
5.1.4. Rua D. Vasco	38
5.2. Enquadramento arqueológico	39
6. Prospeção arqueológica	44
6.1. Trabalhos de prospeção	44
6.2. Resultados da prospeção efectuada	44
7. Elementos patrimoniais identificados	46
8. Conclusões	54
9. Medidas de minimização e salvaguarda	55
10. Medidas de divulgação dos trabalhos realizados e resultados obtidos	60
11. Bibliografia	61
Anexo I – Fotografia de campo	63
Anexo II – Cartografia	70
Anexo III – Fichas de Elemento Patrimonial	71



1. Ficha Técnica

Arqueólogos responsáveis

Nuno Neto
Catarina Bolila

Prospecção

Nuno Neto
Catarina Bolila

Fotografia de Campo

Nuno Neto
Catarina Bolila

Execução do Relatório Final

Nuno Neto
Catarina Bolila

Cartografia

Gonçalo Byrne Arquitectos, Lda.

Datas dos Trabalhos

03 de Fevereiro de 2023

Difusão

Paralelabrangente, Lda.
DGPC – Direção Geral do Património Cultural

Lisboa, Fevereiro de 2023

(Nuno Neto)

(Catarina Bolila)

2. Introdução

O presente Relatório pretende integrar o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) – vertente de Património Ambiental, no âmbito da Unidade de Execução da Quinta das Damas, na Ajuda, em Lisboa.

O proprietário da parcela A do terreno, localizada imediatamente a Sul do Palácio Nacional da Ajuda, nomeadamente a Paralelabrangente Unipessoal, Lda., pretende executar um projecto de loteamento/urbanização, razão pela qual se apresenta o presente EIA.

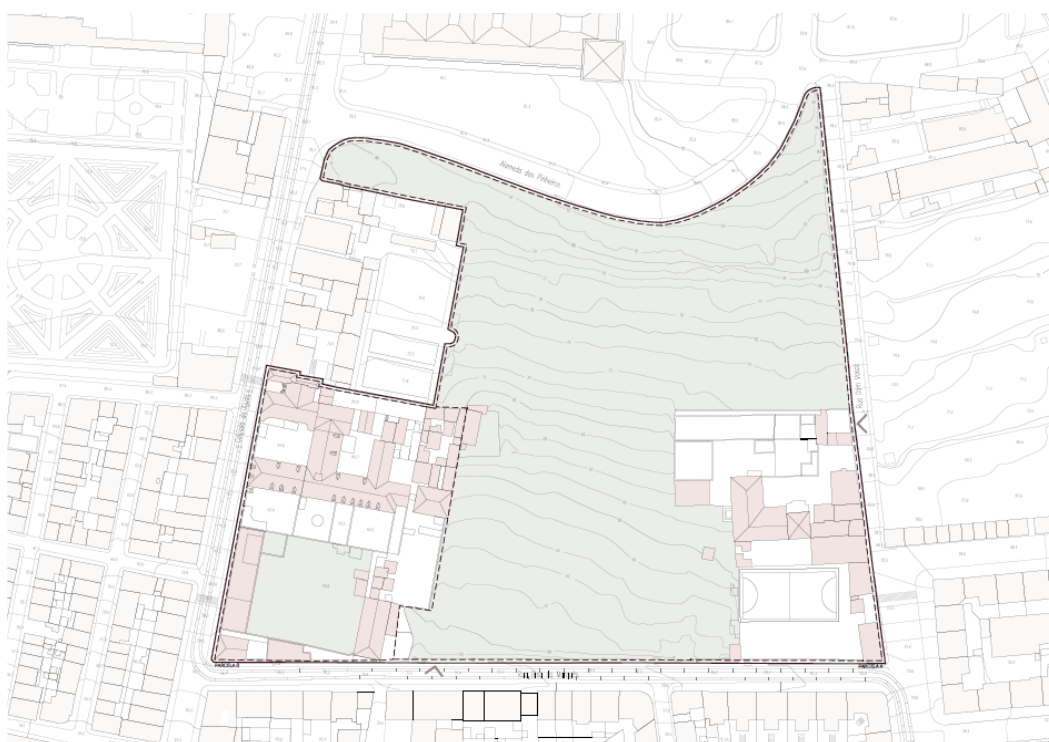


Figura 1 – Levantamento da área do Loteamento da Quinta das Damas.

O presente trabalho foi alvo de PATA, para execução da prospecção necessária ao terreno, submetido à DGPC através do Portal do Arqueólogo no dia 22 de Dezembro de 2022 e autorizado através do ofício nº S-2023/601021 (CS 1641039), com parecer datado de 03/02/2023, tendo ficado sob responsabilidade científica dos Arqueólogos Catarina Bolila e Nuno Neto.

No âmbito deste projecto foi ainda realizado um PATA anterior, pela mesma equipa, para sondagens de diagnóstico arqueológico, autorizado pela DGPC através do seu ofício nº S-



2022/593853 (C.S. 1619652), datado de 29/09/2022, referente ao processo nº 2021/1(320)(C.S. 242246).

Estas sondagens foram realizadas entre os dias 24 de Outubro e 24 de Novembro de 2022, estando em curso a execução do Relatório Preliminar dos trabalhos. Não obstante, são aqui apresentados os seus resultados de forma resumida.



3. Objectivos e Metodologia

3.1. Objectivos

O presente trabalho teve por objectivos:

- Consulta bibliográfica e recolha de elementos patrimoniais junto das entidades competentes (públicas e privadas);
- Prospeção sistemática em meio terrestre na área afecta ao projecto;
- Levantamento exaustivo de todos os elementos patrimoniais (arqueológicos, históricos, arquitectónicos e etnográficos) localizados na área de estudo;
- Produção de fichas de sítio para as ocorrências relocalizadas e novas ocorrências (onde se inclui o levantamento fotográfico, localização, descrição e demais elementos relevantes, bem como a análise dos impactes do projecto e das medidas de minimização sobre as mesmas;
- Identificação e avaliação dos impactes do projecto sobre as ocorrências identificadas e proposta de medidas de minimização a adoptar em fase de obra;
- Elaboração do relatório do estudo patrimonial a entregar às entidades competentes.

3.2. Metodologia

Nos trabalhos efectuados foram aplicados os seguintes critérios metodológicos:

Pesquisa prévia

- Foi realizada uma pesquisa bibliográfica prévia de forma a recolher o maior número de elementos sobre a área em estudo. A pesquisa bibliográfica foi ainda complementada por contactos com as entidades locais de forma a recolher informações indispensáveis à boa realização do trabalho.

Estudo de Impacto Ambiental – Descritor Património

- O descritor relativo ao Património Cultural foi elaborado nos termos da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro (Lei do Património Cultural), do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000 de 10 de Novembro, e da Circular do IPA de 2004.09.10;



- Os trabalhos a desenvolver incidiram nas zonas abrangidas directa e indirectamente pelo projecto em análise;
- Levantamento bibliográfico e consulta das bases de dados existentes (DGPC, Câmara Municipal, EIA's existentes para a região, entre outros) e consulta de projectos de investigação que decorreram ou decorram na região, entre outros;
- Contacto com as entidades necessárias, nomeadamente Câmara Municipal, DGPC, entre outras, solicitando informações mais detalhadas e/ou inéditas sobre a área em estudo;
- Análise da base de dados Endovélico, da DGPC, no que respeita aos sítios arqueológicos conhecidos nas áreas em estudo;
- Levantamento exaustivo e comentado dos potenciais indícios de natureza toponímica e fisiográfica, que apontem para eventual presença de comunidades humanas no passado, tendo por base a Carta Militar de Portugal, à escala 1:25 000 e complementado pela análise de ortofotomapas, sempre que tal se revele pertinente;
- Recolha de informação oral de carácter específico ou meramente indiciário;
- Criação de um inventário de Elementos Patrimoniais existentes na área a afectar pelo projecto, materializado em Fichas de Elemento Patrimonial específicas, para cada um dos Eps identificados.
- Avaliação sumária das ocorrências patrimoniais identificadas e hierarquização da sua importância científica e patrimonial, materializada na seguinte escala de Valor Patrimonial:

1	Valor Patrimonial <u>Elevado</u>	Património classificado como Monumento Nacional ou ocorrências de elevado valor científico a nível mundial e/ou nacional
2	Valor Patrimonial <u>Elevado/Médio</u>	Património classificado como Imóvel de Interesse Público ou Património Municipal ou ocorrências de valor científico a nível local e/ou regional
3	Valor Patrimonial <u>Médio</u>	Ocorrências de valor patrimonial e científico médio ao nível local
4	Valor Patrimonial <u>Médio/Baixo</u>	Ocorrências de valor patrimonial e científico médio/baixo ao nível local
5	Valor Patrimonial <u>Baixo</u>	Ocorrências de baixo valor patrimonial e científico ao nível local



- Avaliação sumária das afectações previstas em projecto para cada Elemento Patrimonial, com base nos seguintes critérios:

Natureza		
1	Negativo	Quando o impacte constitui perda ou descaracterização do Elemento Patrimonial
2	Neutro	Quando não existe qualquer acção sobre o Elemento Patrimonial
3	Positivo	Quando se verifica a valorização do Elemento Patrimonial face à situação de referência
4	Indeterminado	Quando não é possível determinar a natureza do impacte

Efeito		
1	Directo	Quando o impacte advém de acções directamente relacionadas com o projecto.
2	Indirecto	Quando o impacte advém de acções não relacionadas com o projecto.

Probabilidade		
1	Certa	Quando as acções de projecto permitem antever com grau de certeza o impacte.
2	Provável	Quando as acções de projecto permitem antever com grau de probabilidade o impacte.
3	Pouco Provável	Quando as acções de projecto permitem antever com grau de probabilidade o impacte.
4	Improvável	Quando as acções de projecto permitem antever a improbabilidade do impacte.

Duração		
1	Temporária	Quando o impacte das acções previstas tem uma duração



		limitada no tempo.
2	Permanente	Quando o impacto das acções previstas é permanente.

Minimização		
1	Minimizável	Quando o impacto das acções previstas é minimizável através de medidas de minimização específicas.
2	Não minimizável	Quando o impacto das acções previstas não é minimizável através de nenhuma medida de minimização.

Magnitude		
1	<u>Inexistente</u>	Quando não está prevista qualquer afectação ao elemento patrimonial em causa, mantendo-se o mesmo preservado <i>in situ</i>
2	<u>Reduzida</u>	Quando está prevista uma afectação reduzida do elemento patrimonial em causa
3	<u>Moderada</u>	Quando está prevista uma afectação mais significativa do elemento patrimonial em causa
4	<u>Elevada</u>	Quando está prevista uma afectação total do elemento patrimonial em causa, com o seu desmonte / destruição total

Significado		
1	Sem significado	Quando o impacto das acções previstas não altera as características actuais do Elemento Patrimonial.
2	Pouco significativo	Quando o impacto das acções previstas altera pouco significativamente as características actuais do Elemento Patrimonial.
3	Significativo	Quando o impacto das acções previstas altera significativamente as características actuais do Elemento Patrimonial.
4	Muito significativo	Quando o impacto das acções previstas altera de forma muito significativa as características actuais do Elemento Patrimonial.



- Estabelecimento das medidas de minimização a aplicar a cada Elemento Patrimonial de acordo com as afectações previstas em projecto e utilizando as seguintes referências:

1	Protecção e sinalização do Elemento Patrimonial em fase de obra de forma a evitar afectações desnecessárias
2	Levantamento topográfico de pormenor com vista à preservação de memória futura
3	Levantamento fotográfico de pormenor com vista à preservação de memória futura
4	Acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos que impliquem escavação e movimentações de solo e/ou desmonte de estruturas em fase de obra
5	Registo documental para memória futura, materializado na recolha de imagens de vídeo, pesquisa documental, execução de memória descritiva e/ou quaisquer outras acções que se verifiquem necessárias
6	Definição e registo da estrutura identificada, com posterior definição das medidas de minimização adicionais a adoptar
7	Protecção do elemento estrutural nas áreas em que este seja adossado por novas construções, utilizando cobertura de manta geotêxtil e manga plástica de forma a impedir a passagem de materiais nocivos, tais como caldas de cimento
8	Execução de sondagens de diagnóstico com vista a detecção de possíveis pré-existências, com posterior definição das medidas de minimização adicionais a adoptar

Prospecção arqueológica

- Reconhecimento no terreno (relocalização) da informação previamente obtida na consulta das bases de dados e bibliografia, cuja localização coincida com a área do projecto em análise, identificando as ocorrências patrimoniais que foram relocalizadas e aquelas que apesar de referidas na bibliografia, não foi possível relocalizar no terreno;
- Relocalização dos locais já conhecidos, com trabalhos de prospecção em zonas restritas, numa malha fina de 5m (distância entre prospectores) (a aplicar ao património arqueológico conhecido, caso tal metodologia de prospecção se coadune com a natureza dos espaços a prospectar – espaços livres de construção);
- Os sítios identificados foram localizados através do cálculo das coordenadas planimétricas (M, P) do ponto central das suas áreas. O levantamento será apoiado na rede geodésica do País;
- As ocorrências identificadas foram assinaladas em cartografia a uma escala conveniente para a sua correcta visualização e compreensão;



- No que se refere ao património arquitectónico, religioso e etnográfico foi realizada a relocalização dos elementos patrimoniais já conhecidos, realizando-se o levantamento fotográfico desse património, bem como o preenchimento de fichas específicas, com a localização exacta do elemento (coordenadas), entre outras informações relevantes;
- Levantamento fotográfico digital da área prospectada;
- Prospecção sistemática da área de projecto de forma a possibilitar a identificação de outros sítios desconhecidos;
- Levantamento das áreas de dispersão/implantação dos registos patrimoniais identificados (áreas de dispersão de materiais arqueológicos ou de implantação de estruturas). Na definição das áreas de dispersão de materiais foram tidos em conta os fenómenos que poderão ter influenciado, ao longo dos tempos, a sua actual configuração, como as práticas agrícolas e/ou fenómenos naturais. Deste modo, na descrição individualizada dos sítios e das suas áreas, descreve-se da forma mais detalhada possível o local de implantação das ocorrências patrimoniais, de forma a ser perceptível o seu enquadramento espacial;
- Os elementos patrimoniais/arqueológicos, nomeadamente as estruturas encontradas e o espólio recolhido, foram descritos e inseridos no respectivo contexto, sendo mencionada a sua cronologia, estilo e funcionalidade, sempre que possível.
- Descrição das áreas prospectadas e respectivas condições de visibilidade do solo, através de uma classificação simplificada que contemple as seguintes classes: nula, má, média e boa (esta descrição será realizada sempre que as condições do terreno o permitam – zonas livres de construção). Os resultados da análise efectuada foram materializados em cartografia adequada. De forma a clarificar estes critérios de visibilidade, apresentam-se as seguintes definições:

1 - <u>Nula</u>	Cor vermelha	Zonas de mato denso e/ou impenetrável ou zonas pavimentadas que não permitem a prospecção da superfície do solo não sendo possível identificar vestígios de interesse patrimonial.
2 - <u>Má/reduzida</u>	Cor amarela	Quando o coberto vegetal não permite uma visibilidade suficiente da superfície do solo, sendo apenas possível proceder a uma identificação de artefactos pontuais e a uma demarcação aproximada da área de dispersão de materiais.
3 - <u>Média/razoável</u>	Cor verde	Quando o coberto vegetal permite uma correcta observação da superfície do solo, sendo possível identificar artefactos e estruturas arqueológicas e proceder a uma avaliação da área de dispersão de materiais e da área ou áreas de maior concentração de materiais.



4 - <u>Boa</u>	Cor azul	Quando os terrenos estão em pousio, ou se cultivados, as culturas agrícolas não constituem um obstáculo para uma total observação da superfície do solo, sendo possível proceder a uma identificação de artefactos e estruturas patrimoniais e à correcta avaliação da área de dispersão de materiais e da área ou áreas de maior concentração de materiais.
----------------	----------	--

- Registo em ficheiro geral dos sítios ou estruturas de interesse arqueológico, arquitectónico e etnográfico, contendo, pelo menos, as seguintes informações: número de inventário, coordenadas, topónimo, correlação com o Código Nacional de Sítio (Base de dados Endovélico), tipo, cronologia, potencial científico, estado de conservação e interacção com o projecto (impacte);
- Todos os sítios, tanto aqueles que puderam ser relocizados como aqueles dos quais não se encontraram vestígios, foram descritos através da Ficha de Elemento Patrimonial, elaborada com vista a esclarecer todos os pontos relevantes acerca do historial e situação actual do sítio em questão;
- Elaboração de cartografia temática em formato DWG (Cartas de Visibilidades, Cartas de Dispersão de Materiais, entre outras);
- Recolha, embalagem e etiquetagem da totalidade do espólio arqueológico recolhido. Associada ao preenchimento de ficha/etiqueta com os seguintes descritores: Tipo material – cerâmica, vidro, metal, etc.; Tipo de objecto – moeda, taça, prego, etc.; Sítio Arqueológico; Unidade Estratigráfica; Ambiente ou Contexto; Data da Recolha; Responsável pela Recolha; Observações.

Registo Gráfico

- Foram registados graficamente todos os planos e elementos cuja realidade arqueológica identificada assim o justificasse;
- Os planos gerais foram executados à escala 1:50 e/ou 1:100, sendo os planos de pormenor, cortes e alçados executados à escala 1:20;
- A execução dos desenhos de campo seguiu os métodos tradicionais, com a execução dos mesmos em papel milimétrico nas escalas acima descritas;
- Em casos específicos de modo a acelerar o processo de registo gráfico, foi utilizada fotografia digital à escala e georreferenciada, sendo esta posteriormente vectorizada em escritório;



- Os desenhos mais relevantes para a compreensão dos contextos e elementos identificados e documentação dos trabalhos efectuados, foram posteriormente tratados em laboratório, sendo reproduzidos em suporte digital, formato DWG;

Registo Fotográfico

- Foram registados em fotografia digital a cores todos os aspectos da intervenção, bem como todos os contextos e elementos identificados. No caso de estruturas, foi efectuado um levantamento fotográfico exaustivo;
- Serão executadas fotografias gerais e de pormenor de todos os contextos;
- Para além da fotografia técnica exigida pela intervenção, foram ainda realizadas fotografias que documentam os principais aspectos do trabalho e acção dos intervenientes, com vista a eventuais publicações ou outras iniciativas de divulgação.

Trabalhos de Topografia

- Integração topográfica das áreas intervencionadas em cartografia própria, com implantação das eventuais estruturas arqueológicas identificadas;
- Colocação de um ponto devidamente cotado com valores absolutos em todas as estações arqueológicas intervencionadas;
- A informação produzida será entregue com os seguintes parâmetros: sistema de projecção Hayford Gauss, Datum 73, origem do sistema de coordenadas no ponto fictício, a 200 000 m a Oeste e 300 000m a Sul do Sistema Geodésico Nacional;

4. Enquadramento geográfico e geológico

Os trabalhos desenvolvidos decorreram nos terrenos denominados por Quinta das Damas, na Freguesia de Ajuda, Concelho de Lisboa. A área, com cerca de 36.096,09 m², tem as coordenadas centrais Lat. 38.70573 e Long. -9.19735, localizando-se a uma altitude média de 75m. Está implantada na Carta Militar de Portugal nº 431 – Lisboa.



Figura 2 – Localização do sítio na Carta Militar de Portugal, nº 431, esc. 1:25000.

A área em análise encontra-se delimitada a Norte pela Alameda dos Pinheiros, a Sul pela Rua da Bica do Marquês, a Nascente pela Rua D. Vasco e a Poente pela Calçada da Ajuda e por um conjunto urbano de pátios e vilas, designado por Pátio do Bonfim, com acesso pela Calçada da Ajuda.



Figura 3 – Localização do sítio na vista aérea (Fonte: <http://maps.google.com/>).



Figura 4 – Pormenor do sítio na vista aérea (Fonte: <http://maps.google.com/>).



Figura 5 – Implantação do local na planta de Lisboa (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).

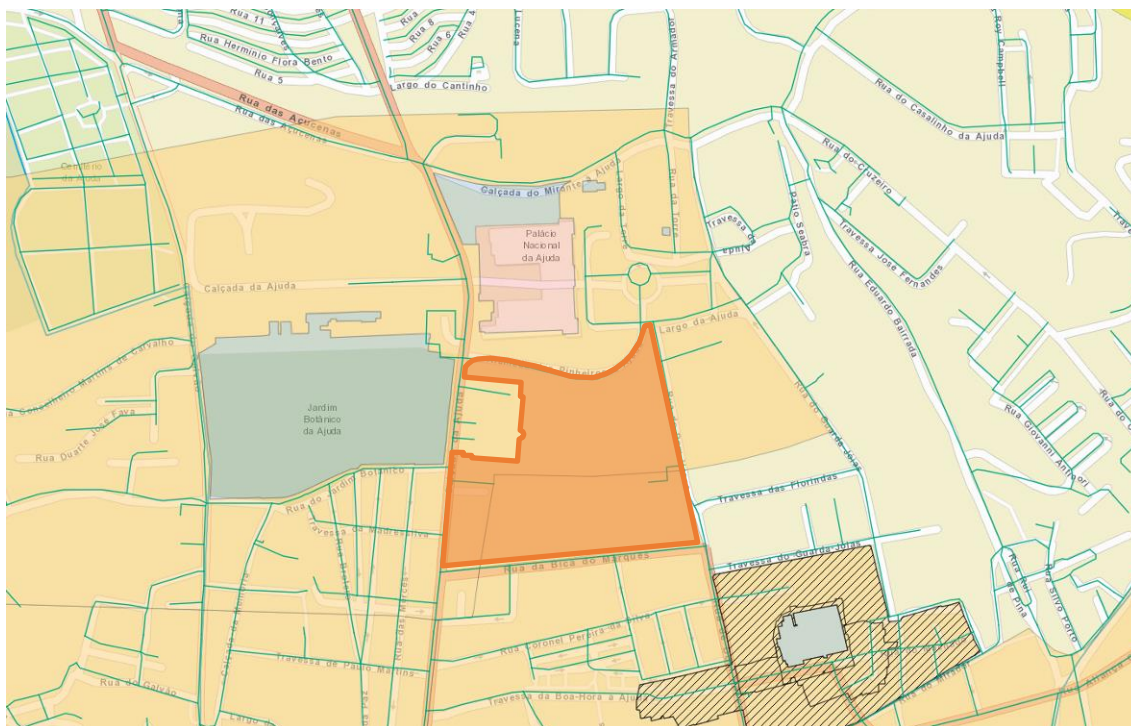


Figura 6 – Implantação do edifício (a laranja) no mapa de património imóvel (Fonte: <http://geo.patrimoniocultural.pt>).



Do ponto de vista geológico a área em estudo localiza-se sobre o “Complexo Vulcânico de Lisboa” (β), com intercalações vulcano-sedimentares em parte cartografadas (β'), com idade atribuída ao Neocretácico, bem como as formações de idade atribuída ao período Cretácico (Cenomaniano superior), denominadas por “Calcários cristalizados com rudistas e calcários apinhoados com *Neolobite vibrayeanus*” (C3 C). Mais recentemente, para estas formações do Cenomaniano superior, foi adotada a designação de “Formação da Bica” (C2Bi).

Quanto ao “Complexo Vulcânico de Lisboa”, ocupa uma extensão de aproximadamente 200 km² e está representado nas regiões de Lisboa, Sintra, Mafra e Runa. É constituído, essencialmente, por uma sucessão de níveis alternantes de basaltos provenientes de derrames lávicos e de níveis de materiais piroclásticos (tufos, cineritos, aglomerados, brechas vulcânicas, etc.) depositados nas fases explosivas. Estão também presentes, neste complexo, outros tipos litológicos como os doleritos, traquitos, riólitos, gabros, entre outros. Esta diversidade petrográfica está diretamente relacionada com alguns fatores, como sejam a cristalização fracionada, assimilação, fusão parcial, ou mesmo o modo de jazida.

Quanto às formações vulcano-sedimentares têm uma constituição bastante variada, dependendo da fase em que foram depositadas, mas caracterizam-se, de uma forma geral, por margas e argilas avermelhadas intercaladas pelos episódios eruptivos.

A Formação de Bica, datada do Cenomaniano superior, é constituída por *“calcários compactos de cor branca, rosada a avermelhada, que se apresentam mais margosos para o topo da unidade, onde alternam com margas amarelas, rosadas e esbranquiçadas. O calcário compacto é preponderante, chegando mesmo a apresentar-se cristalino com ocorrência de nódulos de sílex, alterando com calcários apinhoados (nodulosos) e com calcários com uma componente margosa. Esta formação é caracterizada, na sua parte superior, pela presença de rudistas (caprínulas e radiolitídeos), frequentemente constituindo biostromas, por vezes coalescentes, de cor branca acinzentada a avermelhada, em que os rudistas se encontram frequentemente silicificados”* (PAIS, et alii, 2006, p.9).

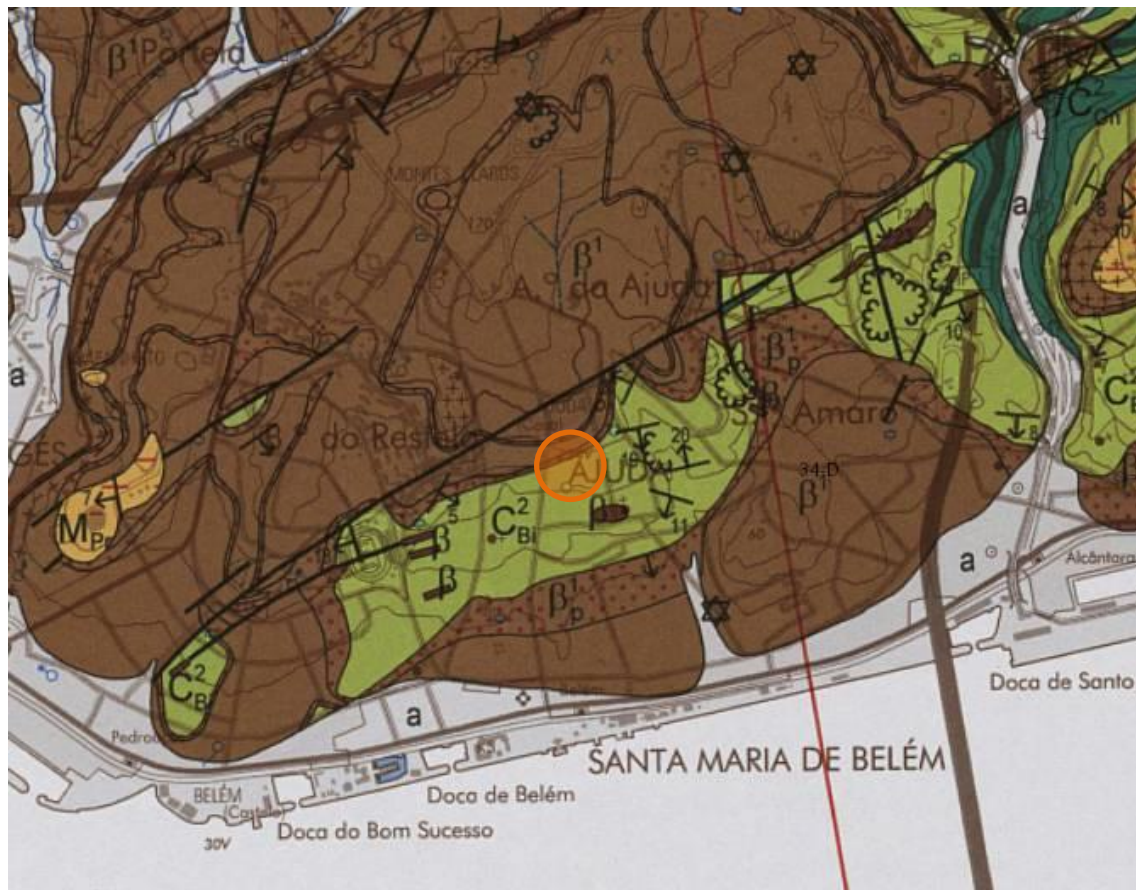


Figura 7 - Implantação da área na Carta Geológica de Portugal nº 34-D – Lisboa.

5. Enquadramento histórico e arqueológico

5.1. Enquadramento histórico

A propriedade em apreço encontra-se na Freguesia da Ajuda, em área de sensibilidade arqueológica de nível III, estipulada no PDM de Lisboa em vigor, Aviso 11622/2012 do DR nº 168, II série de 30 de Agosto de 2012. Localiza-se ainda:

- na Zona Especial de Proteção do Palácio Nacional da Ajuda / Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico), estabelecida na Portaria de 20-10-1959, publicada no DG, II Série, n.º 253, de 29-10-1959, referente aos edifícios classificados como Monumento Nacional pelo Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910;



Figura 8 – Implantação da área no zonamento de níveis arqueológicos – Nível III (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).

Situado na zona ocidental de Lisboa, o alto da colina da Ajuda localiza-se entre Belém e a serra de Monsanto, existindo referências a esse topónimo desde o século XVI.

A freguesia da Ajuda surge em torno do polo da antiga Ermida de Nossa Senhora da Ajuda, uma ermida de peregrinação, na qual a tradição lendária refere ter sido encontrada uma imagem na fenda de uma rocha, ocorrendo a partir daí muitos crentes a esse lugar onde mais

tarde viria a ser construída uma capela, ao redor da qual se fixaram tendas de comércio e moradas de quem desejou viver junto àquele santuário mariano. Fonte do século XVI refere que, anexa à capela, existia *huma casa para hum ermitão que providenciava agasalho para pobres, cama, lume e água*¹. A Ermida foi sendo beneficiada ao longo dos tempos, dando lugar a uma igreja de maiores dimensões e passando a Matriz Paroquial.

Em 1742 era já uma freguesia autónoma do Bairro do Mocambo, mas é com o Terramoto de 1755, à semelhança de outras paragens na zona ocidental de Lisboa, que se dá o incremento da urbanização da Ajuda, muito particularmente devido à implantação, no alto da colina, da residência real de madeira e do grande acampamento de instalação dos serviços de administração do reino nas suas imediações.

O painel de azulejos da Vista de Lisboa, da colecção do Museu Nacional do Azulejo, datado do primeiro quartel do século XVIII, indica já a urbanização do topo da colina podendo observar-se o casario à volta da Ermida de N.ª Sr.ª da Ajuda, surgindo esse núcleo algo isolado pela existência de uma larga faixa de terrenos agricultados que o separava das margens do rio.



Figura 9 - Vista da zona da Ajuda no primeiro quartel do século XVIII. Grande Panorama de Lisboa, 1700-1725 (Fonte: <http://lisboaemazulejo.fcsh.unl.pt/>).

¹ OLIVEIRA, Cristovão Rodrigues de – *Sumário em que brevemente se contem algumas cousas que há na cidade de Lisboa, 1551*. Lisboa: Ed. Biblion, 1938, pp.46-47.



No reinado de D. João V, desde Belém ao alto da colina da Ajuda existiam três propriedades pertencentes ao Conde de Aveiras, ao Conde da Calhetas/Conde de São Lourenço e ao Conde de Óbidos, denominadas as quintas de Baixo (actual Palácio de Belém), do Meio (actual Museu Agrícola no Jardim Tropical) e de Cima (actual quartel da GNR a norte do Jardim Botânico da Ajuda), respectivamente. Entre as décadas de 1720-1730 o monarca viria a adquiri-las para aí instalar a sua residência de verão.

Em 1727 compraria a Quinta de Cima (na área da qual se insere, muito provavelmente, a propriedade em apreço), mandando abrir uma calçada que unia o Pátio das Vacas (junto à Quinta de Baixo) a essa quinta no topo da colina, o antigo palácio do Conde de Óbidos, conhecido como Paço Velho, onde inauguraria em 1737 o Teatro Real da Ajuda. A norte passava a Estrada de Queluz que conduzia à Lapa, consistindo num caminho paralelo e alternativo ao eixo viário da Junqueira, a sul, junto às margens do Tejo.

Em 1742 a Ajuda era já uma freguesia autónoma do Bairro do Mocambo, mas é com o Terramoto de 1755, à semelhança de outras paragens na zona ocidental de Lisboa, que se dá o incremento da urbanização da Ajuda, muito particularmente devido à implantação, no alto da colina, da residência real de madeira e do grande acampamento de instalação dos serviços de administração do reino nas suas imediações.

Mais tarde, após o incêndio que viria a destruir a Real Barraca em 1794, operando-se a sua substituição por uma construção de alvenaria, a urbanização da zona viria a consolidar-se pela construção de outros imóveis de altos dignatários da corte com construções anexas para quem os servia e assistia no palácio, como mestres e criadagem. A própria toponímia da freguesia da Ajuda acusa através dos nomes ainda existentes essa realidade de ligação umbilical à vida no Palácio: Rua dos Archeiros, Travessa do Guarda-Jóias ou Rua da Bica do Marquês.

A Real Barraca implantou-se a norte da Quinta de Cima, quinta adquirida por D. João V em 1727 aos antigos Condes de Óbidos, localizada em terrenos do designado Casal do Tojal², próximo do Paço Velho, pertencente à antiga quinta³. Na década de 1760, na sequência da fixação da corte naquele local, para além da residência real instalam-se outras estruturas associadas como o Real Jardim Botânico da Ajuda, iniciado em 1768, no lado poente da Calçada da Ajuda, na Horta da Quinta de Cima, e também, não muito longe, o Cemitério da Ajuda (1767-1787), local de sepultura da população habitante nas proximidades. Segundo os registos demográficos da época, a população sofreu grande incremento após o Terramoto, passando de 1059 habitantes para 4748, tal como informa o pároco da Ajuda em 1758.

² ABECASIS, Maria Isabel Braga – *A Real Barraca. A residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o Terramoto (1756-1794)*. Lisboa: Tribuna da História, 2009, p.29.

³ *Idem*, p.141.



Figura 10 - Pormenor da Vista e perspectiva da Barra Costa e Cidade de Lisboa Capitale do Reino de Portugal, de Bernardo de Caula, 1763. Observa-se a consolidação da urbanização da encosta da Ajuda em função do eixo estruturante da Calçada da Ajuda que ligava Belém à Real Barraca.

Os eixos viários estruturantes foram a Calçada da Ajuda, de orientação sul-norte, ligando Alcântara/Belém ao alto da colina, e ainda a Travessa da Estopa, Calçada de N.ª Sr.ª da Ajuda, Rua das Mercês e Rua da Paz, que estabeleciam ligação com a Estrada do Penedo (ou Calçada do Galvão), ou a Estrada da Ajuda para Carnaxide. O actual troço norte da Calçada da Ajuda era, naquela data, inexistente, operando aquela via a ligação directa entre Belém e a residência régia e suas instalações anexas como o jardim botânico e o Paço Velho. Mais tarde, no topo da calçada viria a formar-se um largo delimitado por construções de apoio ao Palácio, parte das quais ligadas à residência régia através de um passadiço definido por arco que ligava a Real Barraca ao Paço Velho. Na mesma calçada, abaixo do palácio ergueu-se o casario onde se instalaram as várias secretarias do reino.

A nascente, onde ficou implantada a entrada principal da Real Barraca, e se assumiu mais tarde a fachada principal do novo Paço Real construído em alvenaria, a partir da execução do seu projeto reduzido, desembocava o eixo viário definido a partir da Calçada da Boa Hora (topónimo decorrente da implantação, após 1755, de um convento agostiniano com o mesmo nome no seu lado Este), outra artéria principal da Ajuda, com grande probabilidade consolidada desde o início das romarias à Ermida de Nossa Senhora da Ajuda, via estruturante

perpendicular ao rio que ligava a Junqueira àquele lugar e à Estrada de Queluz que passava mais acima.

A análise cartográfica possível para a zona permite-nos, assim, perceber que a Calçada da Ajuda e os edifícios que a delimitam estariam já plenamente implantados no início do século XIX, como se comprova na planta de Duarte Fava, onde se observa ainda que o território na envolvente da área urbanizada da Ajuda se complementava com terrenos agrícolas, que aí abundavam c. 1807, contando-se entre estes a propriedade da Quinta das Damas. Existiam ainda locais de extracção de pedra e também fornos de cal e moinhos.

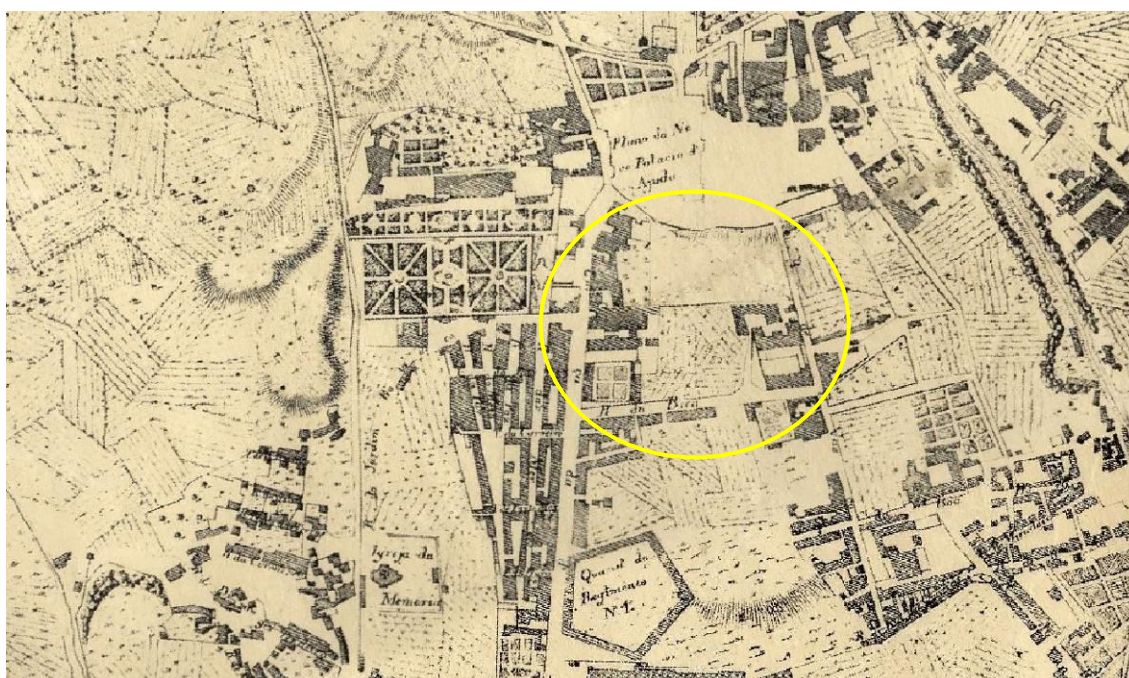


Figura 11 – FAVA, Duarte José, 1772-1826. [Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Compreendida entre Barreiras]: [desde a Ribeira de Alcântara até ao Convento de Santa Apolónia], datada de 1807. Implantação da área em análise (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).

Note-se que, na planta de Duarte Fava, se encontram já representados dois conjuntos edificados nos limites SE e SO da propriedade.

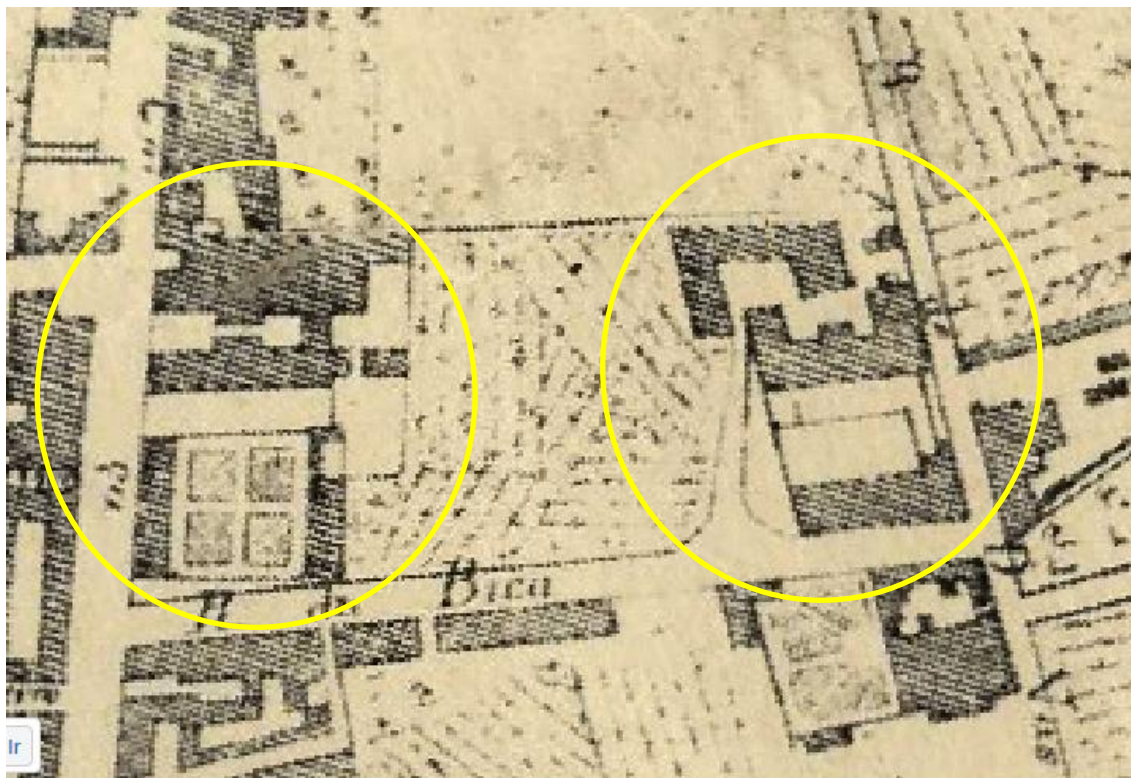


Figura 12 – Pormenor da propriedade na planta de Duarte Fava, datada de 1807, com o edifício existente na altura assinalado (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).

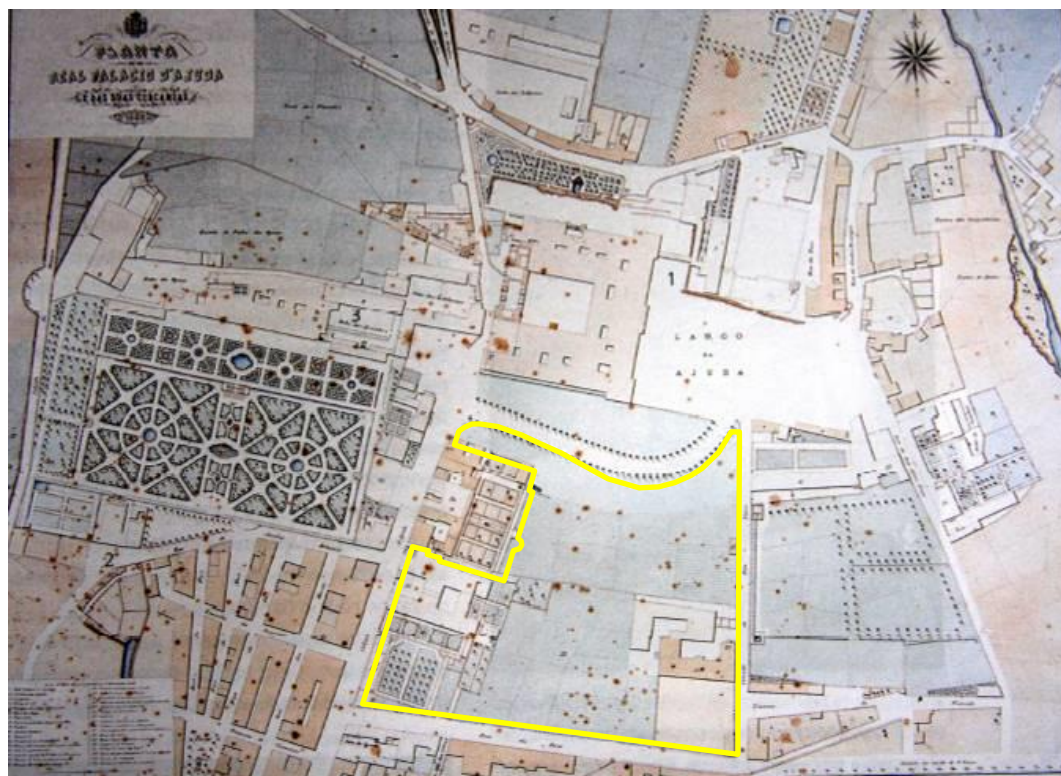


Figura 13 – Planta do Real Palácio da Ajuda e das suas cercanias, 1869 (Fonte: BURNAY e PORTUGAL, 2010, p. 3). A amarelo, a propriedade em análise.



Figura 14 - Implantação da propriedade na planta de Silva Pinto, datada de 1911 (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).

Poderemos, assim, com base na análise historiográfica e cartográfica, apontar a data de início da construção na zona em análise para época situada entre os finais do século XVIII e os inícios do século XIX, sem prejuízo de pré-existências eventualmente presentes.

A planta de 1807 de Duarte Fava permite perceber que já no início do século XIX, na área em análise, se encontram implantadas uma série de construções, surgindo igualmente desenhados genericamente os limites do actual espaço.

Já na cartografia de Silva Pinto, datada de 1911, ou seja, cerca de 40 anos após a planta de 1869, o edificado pertencente ao Pátio do Bonfim apresenta, grosso modo, a configuração que se observa na actualidade. Quanto ao edificado localizado no limite SE, observamos genericamente o mesmo traçado, embora já parcialmente em ruínas como podemos constatar pela fotografia aérea.

Note-se que, actualmente, parte deste edificado se encontra ocupado pela Academia Recreativa da Ajuda.



Figura 15 – Pormenor da vista aérea onde se constata o estado de ruína de grande parte do edificado original da Quinta das Damas (Fonte: <http://maps.google.com/>).

5.1.1. Alameda dos Pinheiros

A propriedade em análise é delimitada a Norte pela Alameda dos Pinheiros, via que faz a ligação entre a Calçada da Ajuda e o Largo da Ajuda e que delimita, a Sul, o Palácio Nacional da Ajuda.

A observação pormenorizada da Cartografia histórica para esta zona deixa-nos perceber que nos inícios do século XIX (1808 e 1812) a Alameda dos Pinheiros ainda não estaria aberta, sendo ocupada por terrenos agrícolas. Não obstante, tanto na planta de Duarte Fava como na do Duque de Wellington é já notório o traçado que lhe vai dar origem, separando a área do Palácio Nacional da Ajuda, a Norte, da propriedade existente a Sul, que corresponde à Quinta das Damas.

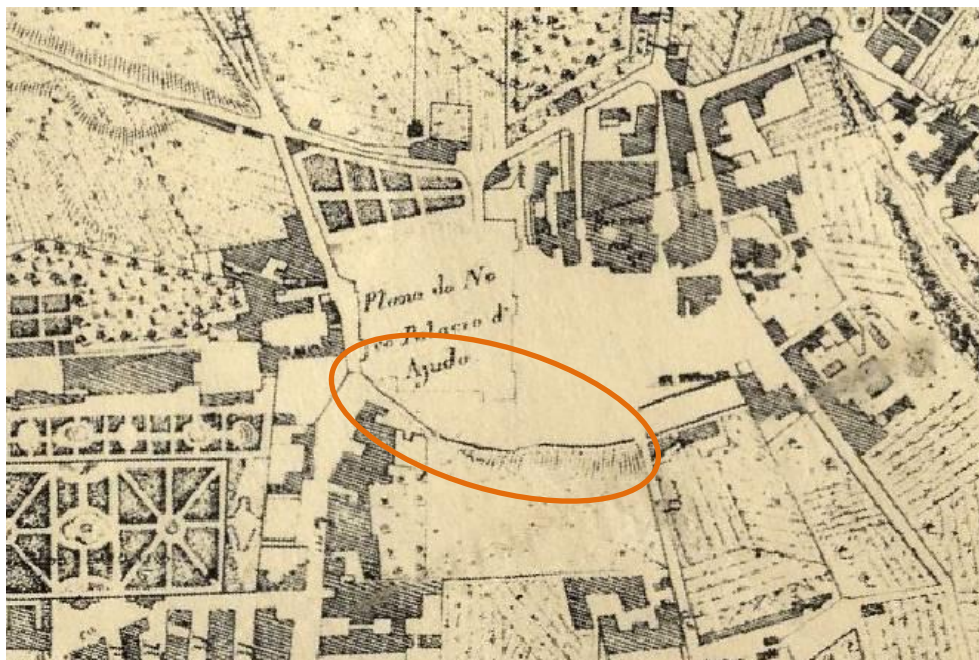


Figura 16 – Área da Alameda dos Pinheiro assinalada no pormenor da planta de Duarte Fava, datada de 1807 (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).

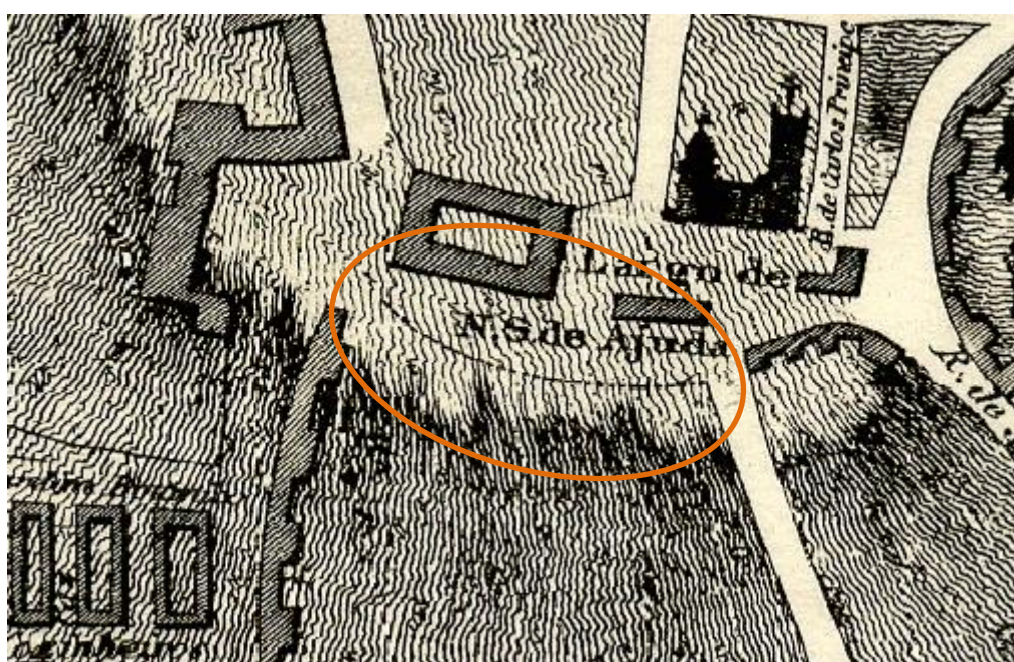


Figura 17 – Área da Alameda dos Pinheiro assinalada no pormenor da planta do Duque de Wellington, datada de 1812 (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).

A marcação da via apenas surge representada na *Planta do Real Palácio da Ajuda e das suas cercanias*, de meados do século XIX, observando-se a continuidade da sua configuração quer nas plantas de inícios do século XX quer actualmente. No que diz respeito ao edificado verificamos a mesma continuidade, visto que não são ilustradas quaisquer construções nas plantas do século XIX e XX, para além do Palácio Nacional da Ajuda, a Norte, e dos edifícios

com fachada para a Calçada da Ajuda, no limite Oeste da Alameda dos Pinheiros. Nos dias de hoje, encontramos os limites da Alameda dos Pinheiros ainda igualmente livres de construções.



Figura 18 – Área da Alameda dos Pinheiros assinalada no pormenor da *Planta do Real Palácio da Ajuda e das suas cercanias*, 1869 (Fonte: BURNAY e PORTUGAL, 2010, p. 3).



Figura 19 - na planta de Silva Pinto, datada de 1911 (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).



Figura 20 – Vista geral da Alameda dos Pinheiros na actualidade.

5.1.2. Calçada da Ajuda

A área alvo de estudo encontra-se delimitada a Poente por um conjunto urbano de pátios e vilas, com acesso pela Calçada da Ajuda.

Ao contrário do que vimos na Alameda dos Pinheiros, a cartografia histórica indica-nos que a Calçada da Ajuda e o edificado que a compõe já dispunham, genericamente, do traçado actual desde o início do século XIX, patente na planta de Duarte Fava.

Com base na análise historiográfica e cartográfica, podemos apontar a data de início da construção na zona em análise para época situada entre os finais do século XVIII e os inícios do século XIX, sem prejuízo de pré-existências eventualmente presentes. A planta de 1807 de Duarte Fava permite perceber que, já no início do século XIX, na área em análise se encontrariam implantadas uma série de construções.

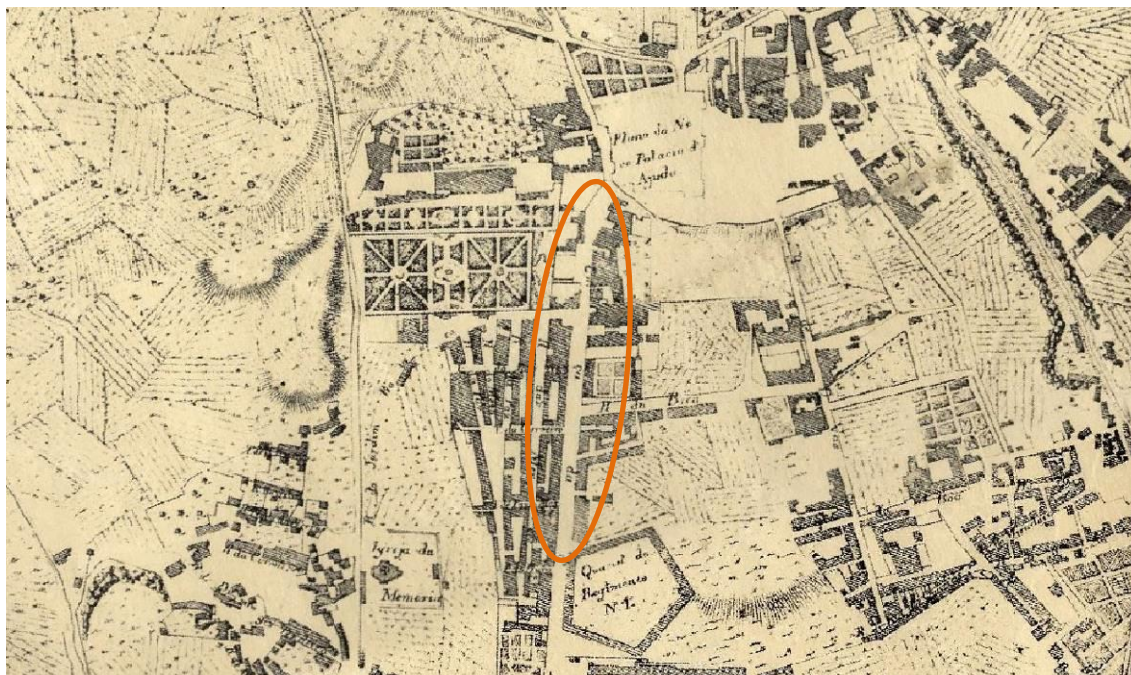


Figura 21 – Calçada da Ajuda na planta de Duarte Fava, datada de 1807 (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).

Na planta de 1869 (*Planta do Real Palácio da Ajuda e das suas cercanias*) bem como na cartografia de Silva Pinto, datada de 1911, continua a ficar bem marcado o edificado ao longo da Calçada da Ajuda. Podemos constatar, principalmente através da planta de inícios do século XX, a configuração de alguns dos edifícios da Calçada da Ajuda que se mantêm até hoje. Destacamos o edificado que delimita a Quinta das Damas com a disposição geral dos Pátios que ali se encontram presentes actualmente, como o Pátio do Bonfim, o Pátio José Pintel e o Pátio dos Carvalhos.



Figura 22 – Pormenor da planta de Silva Pinto, 1911, onde se observa o traçado do edifício semelhante ao que se vê actualmente.



Figura 23 – Pormenor da planta da cidade de Lisboa com o edifício actual na área em análise.

Quanto ao edificado existente na Calçada da Ajuda, este apresenta, do lado que delimita a Quinta das Damas e de modo geral, traços semelhantes. Trata-se genérica e maioritariamente de edifícios com 1 ou 2 pisos, com fachadas simples, pintadas a branco, rosa e amarelo, com portas e janelas de verga recta com molduras simples de cantarias de pedra calcária.



Figura 24 – Vista Geral da Calçada da Ajuda a partir de Sul.

No quarteirão da Quinta das Damas, ao longo da Calçada, destaca-se a existência de portões que dão acesso a pátios. A partir de Sul, encontramos o Pátio do Bomfim, integrado num edifício de 1 piso, pintado a amarelo, com acesso através do nº 234, que será descrito no âmbito dos Elementos Patrimoniais.

Imediatamente a Norte do Pátio do Bomfim, no nº 236, dispõe-se um pequeno Pátio pertencente à Junta de Freguesia da Ajuda. O acesso faz-se por um portão com gradeamento metálico, pintado a verde, delimitado lateral e superiormente por cantaria calcária. No interior, o pavimento é em calçada e as fachadas do edificado encontram-se revestidas, na zona inferior, por um painel de azulejos lisos alternados com azulejos com motivo geométrico. A fachada virada para Oeste apresenta uma escadaria de dois lanços paralelos, com degraus em pedra com cantos arredondados e, ao centro destas, um muro delimitado por cantaria calcária e totalmente revestido com o mesmo painel de azulejos.

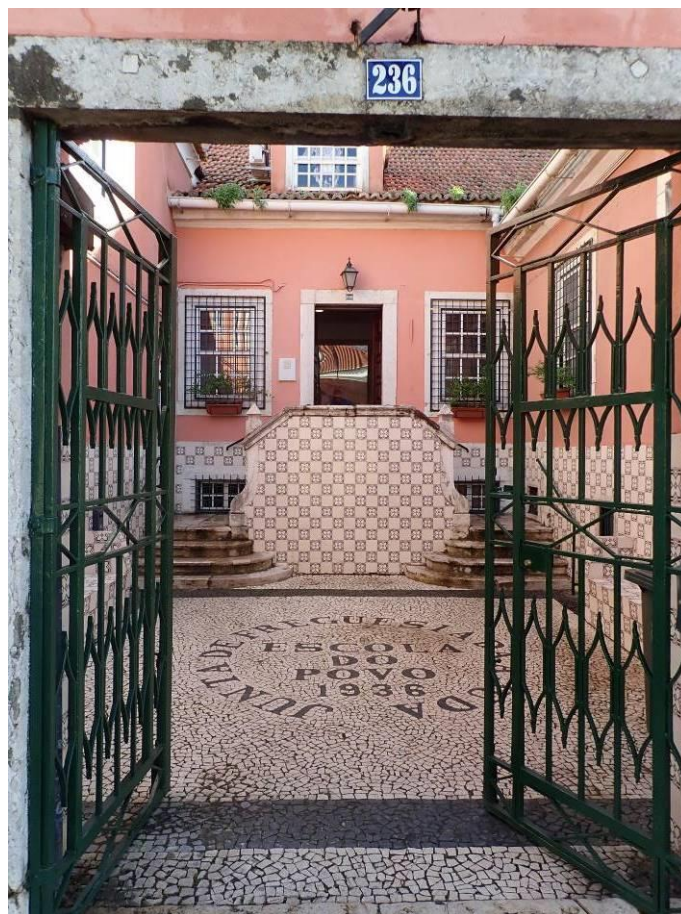


Figura 25 – Vista do Pátio da Junta de Freguesia.

O edificado em volta do Pátio José Pincel desenvolve-se, actualmente, em três pisos, com as características das restantes construções da Calçada, e com varandas com guarda de gradeamento metálico pintado a verde. A entrada do Pátio, com o nº 246, é semelhante aos já descritos, não nos sendo possível todavia aceder ao seu interior de momento.

Não obstante, em 2017, elementos da equipa da Neoépica, Lda. participaram do levantamento deste edificado. Na altura observou-se que o acesso ao pátio se faz através de um túnel sob o edifício (onde se encontra o acesso a duas habitações), que por sua vez conduz à fachada tardoz, onde se encontram os acessos às restantes habitações, apenas acessíveis através de escadas que conduzem ao Piso 1 e 2.

Da mesma forma, não conseguimos caracterizar o interior do Pátio dos Carvalhos, cujo acesso se faz por um portão metálico pintado a verde, enquadrado lateral e superiormente por cantaria calcária de faces arredondadas. Trata-se de um edificado de dois pisos, observando-se, a Sul do referido portão, no piso 0, duas janelas com moldura em cantaria com topo em

arco e, no piso 1, uma única janela. A Norte, dispõe-se apenas uma porta com o topo igualmente em arco.



Figura 26 – Vista do edifício que integra o Pátio José Pintel.



Figura 27 – Entrada do Pátio dos Carvalhos.

5.1.3. Rua da Bica do Marquês

A Sul, a propriedade da Quinta das Damas é demarcada pela Rua da Bica do Marquês.

Tal como a Calçada da Ajuda, a Rua da Bica do Marquês surge já na cartografia de inícios do século XIX, na planta de Duarte Fava. Na planta em questão podemos observar o início das construções nesta rua, embora continuem a ser predominantes os campos agrícolas tanto a Norte, na Quinta das Damas, como a Sul. O edificado nesta rua, no lado Norte, encontra-se apenas nos seus limites Este e Oeste. Destaca-se ainda a existência de uma via, a partir da Rua da Bica do Marquês, para o interior da Quinta das Damas, dando acesso ao edificado já ali existente.

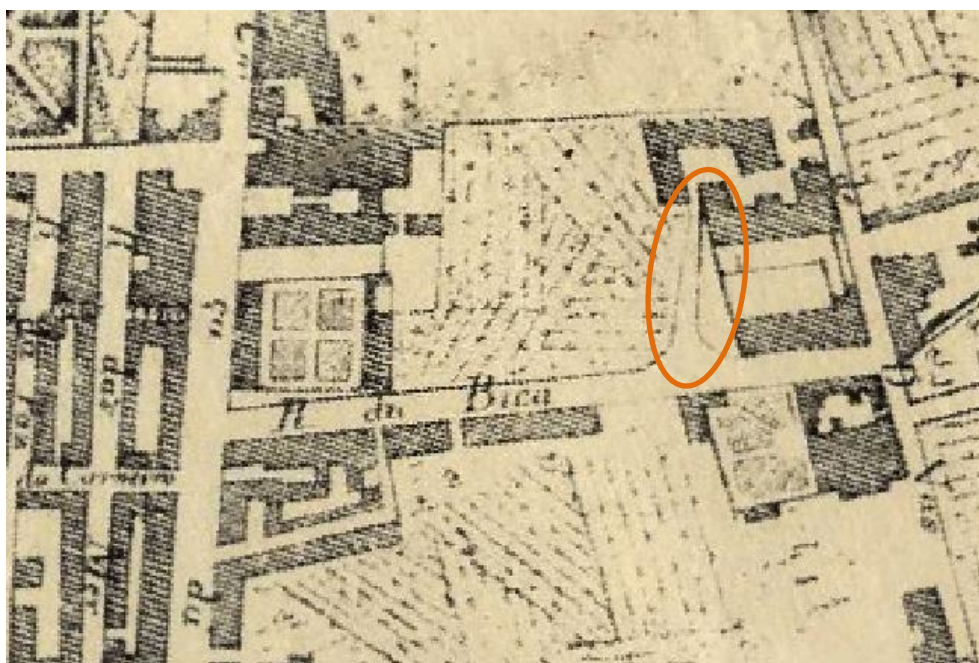


Figura 28 – Pormenor da Rua da Bica do Marquês na Planta de Duarte Fava com marcação da via de acesso ao interior da Quinta das Damas (Fonte: <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>).

Embora na planta ainda do século XIX, do Duque de Wellington, a via não venha assinalada (tal como o casario no canto Sudeste da propriedade), esta volta a estar representada na planta de 1911.

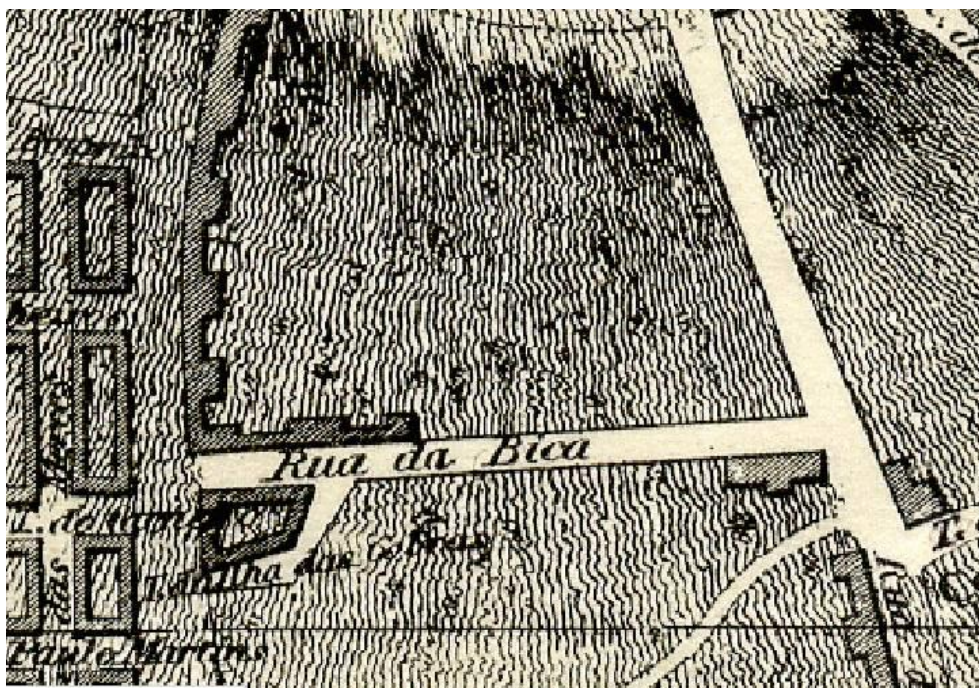


Figura 29 – Pormenor da Planta do Duque de Wellington, de 1812, com representação da Rua da Bica.



Figura 30 – Pormenor da Planta de Silva Pinto, de 1911, com representação da Rua da Bica e da via de acesso ao interior da Quinta das Damas.

Quanto ao edificado presente no lado Norte da Rua da Bica do Marquês, observamos actualmente que se limita aos extremos da rua tal como vemos na cartografia histórica, sobretudo na planta de 1911, e seguindo grosso modo a mesma configuração, estando o restante espaço ocupado pelos terrenos agrícolas da Quinta das Damas.

Para além do edificado com fachada para a Calçada da Ajuda, no limite Oeste da Rua observamos apenas o nº 2, tratando-se de uma construção com 1 piso, com a fachada delimitada por cunhais de cantaria e emoldurada superiormente por platibanda. No centro abre-se a porta enquadrada por moldura de cantaria calcária com topo em arco, sendo ladeada por duas janelas com as mesmas características. Destacamos ainda que, no muro do imóvel, se vê embutido um arco em pedra e dois pilares. Encostada a esta vê-se uma pequena construção com telhado em chapa virada para o interior da fachada da Quinta das Damas. No extremo Este da Rua apenas temos o edifício com a fachada para a Rua D. Vasco para além do muro limite da propriedade da Rua das Damas.



Figura 31 – Edificado no limite Oeste da Rua da Bica do Marquês.



Figura 32 – Vista Geral da Rua da Bica do Marquês a partir de Este.

5.1.4. Rua D. Vasco

A Rua D. Vasco desenvolve-se no limite Este da propriedade da Quinta das Damas.

Tal como as restantes vias que delimitam a propriedade, com excepção da Alameda dos Pinheiros, a Rua D. Vasco encontra-se demarcada na cartografia desde o início do século XIX. Na planta de Duarte Fava, de 1807, os dois lados da rua apresentam-se quase totalmente ocupados por terrenos agrícolas, sendo apenas pontual a presença das construções, com grande destaque para o edifício da Quinta das Damas, no limite SO da via neste quarteirão.

A evolução do edificado não sofre grandes alterações no urbanismo subsequente, visto que nas plantas do século XX apenas se observa igualmente a presença de construções, grosso modo, com a mesma localização, sendo essa a realidade actual do lado Este da rua.

Efectivamente, as construções que vemos actualmente na área em questão seguem a localização e, genericamente, a configuração das construções do século XIX, correspondendo na sua maioria ao edificado identificado como Elemento Patrimonial e descrito seguidamente no respectivo capítulo.

Para Norte deste conjunto, ao longo do lado Este da via, apenas se desenvolve o muro delimitador da propriedade em análise.



5.2. Enquadramento arqueológico

A zona de implantação do imóvel em análise encontra-se numa área de alguma sensibilidade arqueológica, que vai tendo uma importância crescente a partir do século XVI, altura em que aí começam a surgir algumas casas de campo nobres, muito embora se conheçam vestígios de povoamento na zona já desde a época pré-histórica.

Com efeito, existem nas proximidades do local em estudo numerosos sítios arqueológicos, que forneceram dados para a compreensão da ocupação daquela área da cidade ao longo dos tempos, dos quais destacamos:

1. O **Povoado Pré-Histórico da Travessa das Dores** (CNS 33797), um dos mais relevantes sítios pré-históricos da região, onde foram detectados importantes contextos da pré-história recente, nomeadamente depósitos e estruturas positivas e negativas do Neolítico e Calcolítico, assim como contextos da Idade do Ferro e Época Romana;
2. O **Loteamento do Rio Seco** (CNS 37785), onde se identificou a continuação dos contextos existentes na Travessa das Dores, com vestígios de ocupação do Neolítico, Calcolítico e época Romana;
3. **Calçada da Boa-Hora, nº 176 a 178** (CNS 37835), onde se identificaram também contextos do Neolítico e Calcolítico;
4. **Rua da Aliança Operária, nº 124-134** (CNS 38616), local onde surgiram contextos da Idade do Bronze;
5. O sítio localizado na **Travessa da Memória** (CNS 32851), onde se identificaram estruturas pertencentes a dois aquedutos, do período contemporâneo, que transportariam a água de Nordeste para Sul;
6. O sítio conhecido como **Cerca dos Jerónimos** (CNS 18792), onde foi identificada uma estação de ar livre do Neolítico;
7. O próprio **Palácio Nacional da Ajuda** (CNS 17448), de época Moderna;
8. A estação de ar livre da **Quinta do Torres** (CNS 6302), onde foram identificados materiais enquadráveis no Paleolítico;
9. A jazida do **sítio da Mina** (CNS 18785), no lado Norte da Tapada da Ajuda, onde foram recolhidos materiais do Paleolítico e Neolítico;
10. O sítio do Neolítico/Calcolítico designado por **Terras do Almotiva** (CNS 18795);

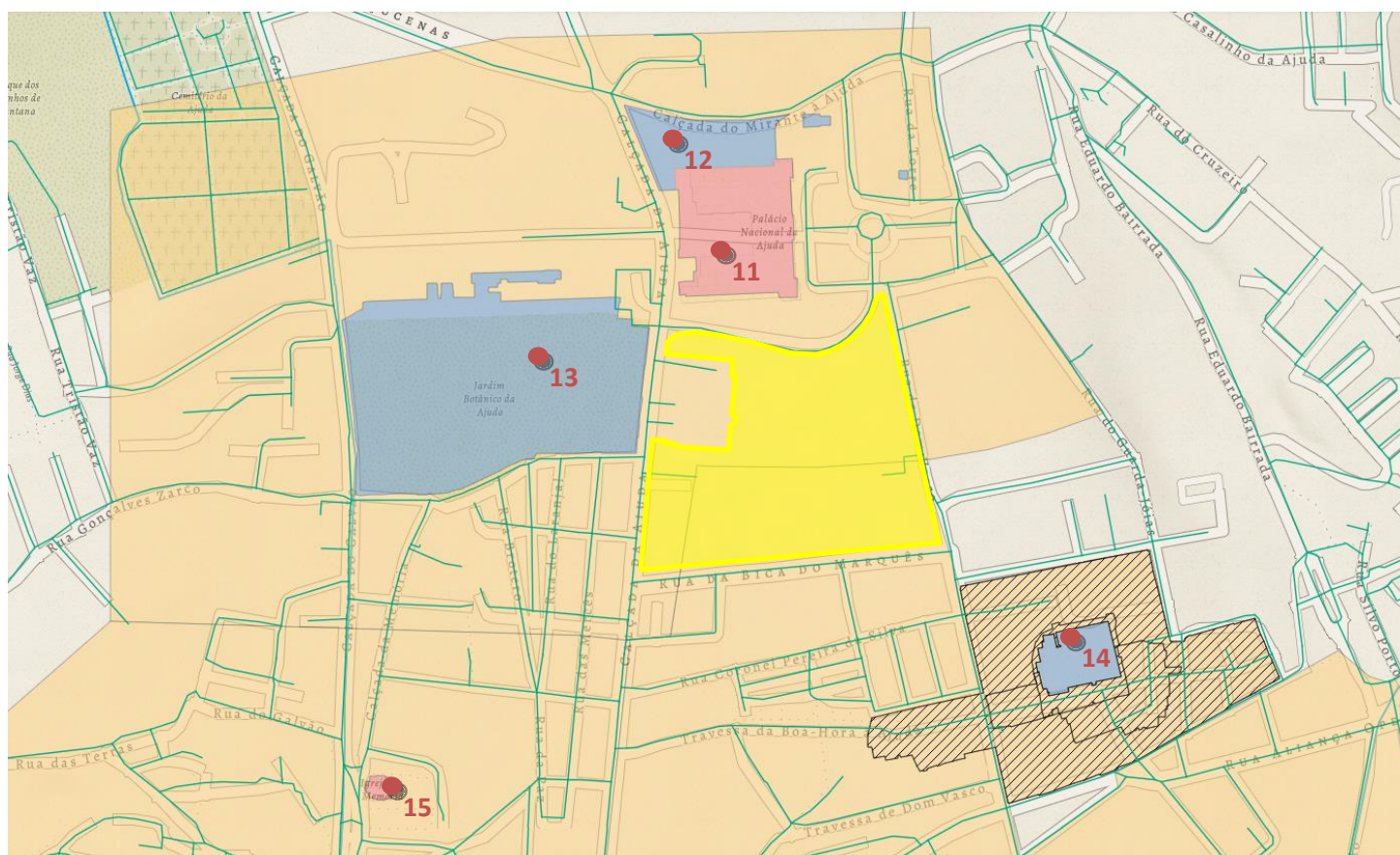


Figura 33 – Implantação dos principais sítios arqueológicos conhecidos nas imediações da propriedade em apreço (a amarelo) (Fonte: <https://patrimonioldgpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/>).

Destaque ainda para alguns sítios classificados ou em vias de classificação, localizados na área circundante:

11. **Palácio Nacional da Ajuda** – classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910, foi construído entre 1796 e a década de 30 do Século XIX substituindo a Real Barraca, um palácio anterior, construído em madeira no pós-terramoto de 1755, que veio a ser destruído por um incêndio em 1794.
12. **Jardim das Damas** – classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944. Destinado a recreio das senhoras da corte, implanta-se a Norte do Palácio, tendo a sua génese ainda com a construção da Real Barraca.
13. **Jardim Botânico da Ajuda** – classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944, foi construído em 1768 e localiza-se a Sudoeste do palácio, organizando-se em dois tabuleiros no sentido Este-Oeste, com escadaria de ligação.
14. **Igreja e antigo Convento de Nossa Senhora da Boa Hora** – classificada como Monumento de Interesse Público pela Portaria n.º 177/2013, DR, 2.ª série, n.º 67, de

15. **Igreja da Memória** – classificada como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 8 627, DG, I Série, n.º 27, de 8-02-1923, foi mandada erguer por D. José I em 1760, na sequência da sua sobrevivência a uma tentativa de assassinato. Encontra-se ali sepultado Sebastião José de Carvalho e Melo.



(Fonte: <http://geo.patrimoniocultural.pt/>).

41



termos genéricos, estas estruturas desenvolvem-se numa orientação Norte-Sul aproveitando a gravidade da pendente acentuada da topografia do local.

Foram também realizados trabalhos de acompanhamento arqueológico por equipa da Neoépica, Lda. no âmbito do PATA autorizado para a Calçada da Ajuda, nº 256, em 2018. Os resultados destes trabalhos foram apresentados no âmbito do respectivo Relatório de Progresso (REBELO, DIAS, 2018), revelando que, tendo os trabalhos no espaço do logradouro sido desenvolvidos apenas ao nível superficial, “Ao nível estrutural apenas se registaram muros, e/ou os seus alicerces, elementos contemporâneos associados à organização do logradouro como horta/jardim.” (REBELO, DIAS, 2018, p.14).

Quanto ao património arqueológico existente na propriedade em análise foram realizados os trabalhos de diagnóstico, já referidos anteriormente, através da execução de 12 sondagens de solo com uma dimensão de 2m x 2m, que nos permitem compreender como se processou a ocupação desta zona.

Nas sondagens 5, 6, 8, 9, 10 e 11 foram removidos depósitos revolvidos com materiais de época contemporânea misturados com lixo recente, nomeadamente sacos de plástico, pilhas e garrafas de plástico. Após removidos estes depósitos foi identificado a pouca profundidade o substrato geológico, constituído por basalto alterado.

Na sondagem 1, após a remoção de um depósito com terra vegetal e lixo/entulho recente, foi identificada uma calçada em basalto que corresponderia ao nível de circulação da quinta. Não foi identificado mais nenhum contexto arqueológico preservado e foi possível chegar ao nível geológico.

Relativamente às sondagens 3 e 4, foi removido um nível de cimento, que estaria relacionado com remodelações mais recentes do espaço. Sob este nível de cimento foi possível observar a existência de uma calçada em basalto que, tal como na sondagem 1, corresponderia ao nível de circulação da quinta. Também nestas sondagens não foram identificados mais contextos arqueológicos, não tendo sido atingido o substrato geológico.

Na sondagem 7 apenas foi escavada uma sequência de níveis de aterro com muito lixo e entulho de obra, o que nos indica que esta seria uma zona de despejos.

Já os trabalhos de escavação realizados na sondagem 2 colocaram a descoberto a fundação de um muro pertencente a uma parede de um dos edifícios da quinta. Durante os restantes trabalhos de escavação não foram identificados mais contextos arqueológicos e não foi possível atingir os níveis estéreis.



Quanto aos trabalhos realizados na sondagem 12, estes permitiram identificar um caneiro com orientação Norte-Sul que poderia corresponder ao sistema de escoamento de águas existente na zona. Nesta sondagem não foi identificada mais nenhuma realidade arqueológica relevante, tendo-se atingido um nível de basalto alterado.

Face ao exposto, podemos concluir que o espaço em análise teve uma ocupação tardia, com a construção da quinta e da rede de escoamento de água em época moderna. Com o abandono da quinta o espaço foi usado como zona de despejo de lixo e entulho recente, não tendo tido uma ocupação efectiva posterior.



6. Prospeção arqueológica

6.1. Trabalhos de prospeção

Os trabalhos de prospeção arqueológica foram realizados no dia 06 de Fevereiro de 2023. Não obstante, o local encontrava-se quase totalmente com visibilidade Nula, com mato denso, e intransitável.

6.2. Resultados da prospeção efectuada

Tendo em conta que a visibilidade foi considerada nula em praticamente toda a área em análise, sendo ainda que quase todas as áreas estão intransitáveis, não foi possível identificar quaisquer vestígios arqueológicos no decurso destes trabalhos.

Não obstante, poderemos tirar algumas ilações das áreas alvo de diagnóstico arqueológico, através da execução de 12 sondagens de diagnóstico, nas quais apenas se detectou uma ocupação do espaço relacionada com o funcionamento da Quinta, datada de época Moderna/Contemporânea.



Figura 35 – Áreas de prospecção e respectivos níveis de visibilidade. A vermelho – visibilidade nula (0); a amarelo – visibilidade má/reduzida (1).



7. Elementos patrimoniais identificados

A prospecção arqueológica realizada identificou como elementos patrimoniais apenas o edificado no limite SE da área da Unidade de Execução da Quinta das Damas e o edificado virado para Calçada da Ajuda designado por Pátio do Bonfim. Para além destes, não foram identificados outros elementos patrimoniais.

O edificado da **Quinta das Damas**, localizado no limite SE da propriedade, terá a sua origem em finais do século XVIII/ inícios do século XIX, na sequência da construção da Real Barraca e, subsequentemente, do Palácio Nacional da Ajuda, após o terramoto de 1755. Com a transferência da família Real para a Ajuda, surgiu o início da urbanização desta área, fruto da necessidade de apoio do funcionamento do Paço, com o aparecimento de construções relacionadas com quintas, pátios e outras tipologias.

Efectivamente, na planta de Duarte Fava é possível observar os limites do edificado que subsiste, embora a maioria em ruínas, até à actualidade. Entre esse edificado desenvolve-se o edifício habitacional e as dependências relacionadas com a exploração agrícola.

O edificado principal, isto é, o edifício habitacional, corresponde a uma construção com dois pisos com a fachada principal virada para a Rua Dom Vasco. De modo geral, o edifício apresenta um avançado estado de degradação, apenas restando as paredes exteriores e encontrando-se a cobertura completamente ruída.

A fachada principal é constituída por vãos regulares, delimitada por cunhais de cantaria e pintada a rosa. Observa-se que as portas e janelas são em madeira, com moldura em cantaria calcária. Na fachada tardoz encontra-se uma escadaria exterior de acesso ao piso superior, em pedra. O interior encontra-se bastante degradado, com as paredes divisórias já demolidas, restando, todavia, paredes revestidas a estuque pintado.



Figura 36 – Vista do Edificado Principal a partir da Rua Dom Vasco.

Relativamente aos edifícios anexos, relacionados com a exploração agrícola, encontram-se dispersos pelo limite SE da propriedade, próximos do edificado principal.

Durante a prospecção observou-se um conjunto de construções que nos parece corresponder ao edificado assinalado a azul na planta de Duarte Fava, imediatamente a NO do edifício principal. Trata-se de edifícios de um só piso, com vários vãos de portas, em avançado estado de degradação e actualmente ocupados por uma vegetação densa.



Figura 37 - FAVA, Duarte José, 1772-1826. [Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Compreendida entre Barreiras] : [desde a Ribeira de Alcântara até ao Convento de Santa Apolónia], datada de 1807. Assinalado a azul os edifícios anexos da quinta.



Figura 38 – Edifício anexo a NO do edifício principal.

Para além destes, observa-se na planta actual uma continuidade relativamente à configuração e localização de outras três estruturas nas imediações, a Norte e Oeste do edifício principal, relativamente ao que é representado por Duarte Fava.

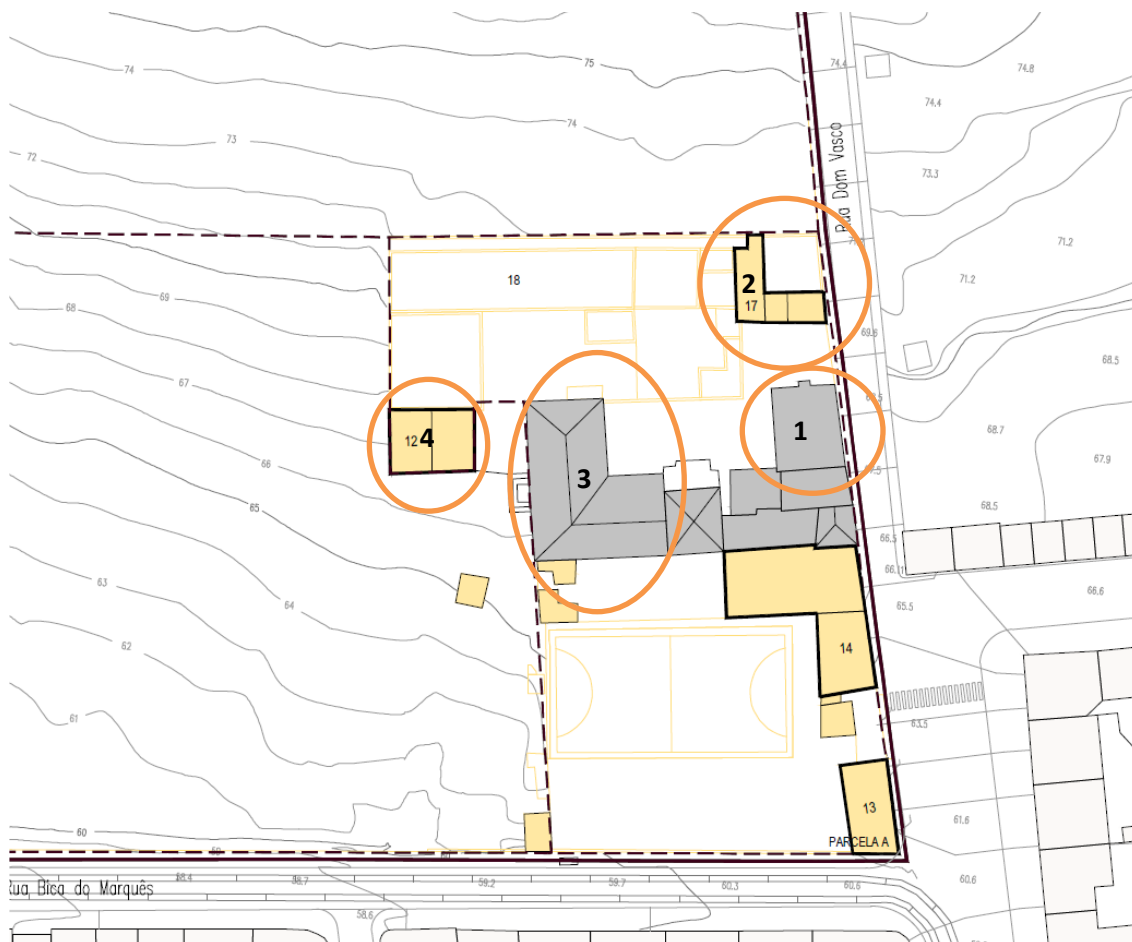


Figura 39 – Localização dos vários edifícios anexos (2, 3 e 4) relativamente ao edifício principal (1).



Figura 40 – Edifício anexo 2.

No canto SE da propriedade, a planta de Duarte Fava marca igualmente um edifício, que actualmente se encontra em avançado estado de degradação. O espaço encontra-se ocupado intensamente por vegetação densa.



Figura 41 – Vista da área junto da fachada tardoz do edifício no canto SE da propriedade.

Salientamos ainda que, na cartografia histórica, se encontra, desde inícios do século XIX, marcada uma via de acesso ao interior da Quinta das Damas a partir da Rua da Bica do Marquês.

Com acesso a partir da Calçada da Ajuda encontramos o **Pátio do Bomfim**, integrado num edifício de um só piso com planta em E, com cobertura de telhado de duas e três águas. De modo geral, o edifício encontra-se organizado em torno de dois pátios de planta quadrangular e rectangular, com fachadas compostas por vãos irregulares de portas e janelas com molduras simples de calcário.

Exteriormente, observamos a entrada do primeiro pátio com um portão com gradeamento de ferro pintado a verde e ladeado por pilares com cantarias de pedra calcária. O pátio é delimitado, do lado da Calçada da Ajuda, por um muro cujo topo é encimado igualmente por cantaria de pedra.

No interior, verificamos um edifício com as mesmas características detectadas ao longo das fachadas da Calçada da Ajuda e ainda um pavimento em betuminoso. A Este encontra-se o outro Pátio a que se acede através de um pequeno túnel presente no centro do edifício tardoz. Este túnel apresenta as duas entradas com topo em arco, demarcadas lateralmente por pilares em cantarias calcárias e, do lado Oeste, encostados por dois pequenos marcos pétreos cilíndricos. O tecto do túnel é revestido em tabuado de madeira e dos dois lados encontramos dispostas portas e janelas pertencentes às habitações.

Segundo informação existente no local, este pátio remonta ao século XVIII, quando era conhecido por Pátio das Secretarias, tendo sido aqui que a família real se acolheu na noite do incêndio da Real Barraca.



Figura 42 – Interior do Pátio do Bonfim.



Figura 43 – Entrada do Túnel no Pátio do Bonfim, do lado Oeste.



Figura 44 – Porta do Pátio do Bonfim.



Figura 45 – Área tardoz do Pátio do Bonfim.

Os elementos identificados foram alvo de uma Ficha de Elemento Patrimonial e implantados cartograficamente.



Listagem dos elementos patrimoniais identificados

Nº	Designação	Sector	Descrição	Cronologia	Avaliação de impacte							Valor Patrimonial	Medidas Minimização
					Natureza	Efeito	Probabilidade	Duração	Minimização	Significado	Magnitude		
1	Quinta das Damas	A	Edificado que compreende o Edifício habitacional e as dependências de apoio agrícola	Século XVIII/XIX	1	1	1	2	1	4	4	4	2, 3, 4, 5, 8
2	Pátio do Bonfim	B	Conjunto edificado de planta em E que se desenvolve em torno de dois Pátios	Século XVIII/XIX	4	?	?	?	1	?	?	4	A definir



8. Conclusões

Os trabalhos de prospecção arqueológica efectuados não permitiram avaliar o estado actual do terreno, dado que o espaço apresenta uma vegetação densa e se encontra intransitável. Como elemento patrimonial registou-se o edificado pertencente à Quinta das Damas, no limite SE da área, cuja origem remonta, de acordo com a cartografia histórica e com os trabalhos de diagnóstico arqueológico efectuados, a finais do século XVIII, tendo sofrido, até ao século XX, diversas remodelações e adaptações. Foi ainda identificado como Elemento Patrimonial o conjunto edificado do Pátio do Bonfim, igualmente com origem no século XVIII.

Com o abandono do seu carácter agrícola, a Quinta das Damas e o seu edificado acabaria lentamente por entrar em estado de abandono e ruína, não tendo tido nenhuma outra ocupação posterior.

9. Medidas de minimização e salvaguarda

A área de incidência do EIA referente à Unidade de Execução da Quinta das Damas compreende duas parcelas de diferentes características: a Parcela A, constituída pelas fracções 1 e 2 da Unidade de Execução da Ajuda, propriedade da Paralelabrangente, Lda.; e a Parcela B, constituída pelas fracções 3 e 4 da Unidade de Execução da Ajuda, propriedade da Direcção Geral do Tesouro e das Finanças.

De momento, apenas se conhecem as linhas orientadoras do projecto a implementar para a Parcela A (fracções 1 e 2), desconhecendo-se quais as intervenções que poderão vir a ser planeadas de futuro para a parcela B (fracções 3 e 4). Assim, estipulam-se apenas as medidas de minimização para os impactos que possam vir a ocorrer na Parcela A, salientando-se que a Parcela B carecerá de medidas de minimização de impactos específicas quando forem conhecidas as intenções de projecto para aquela área.

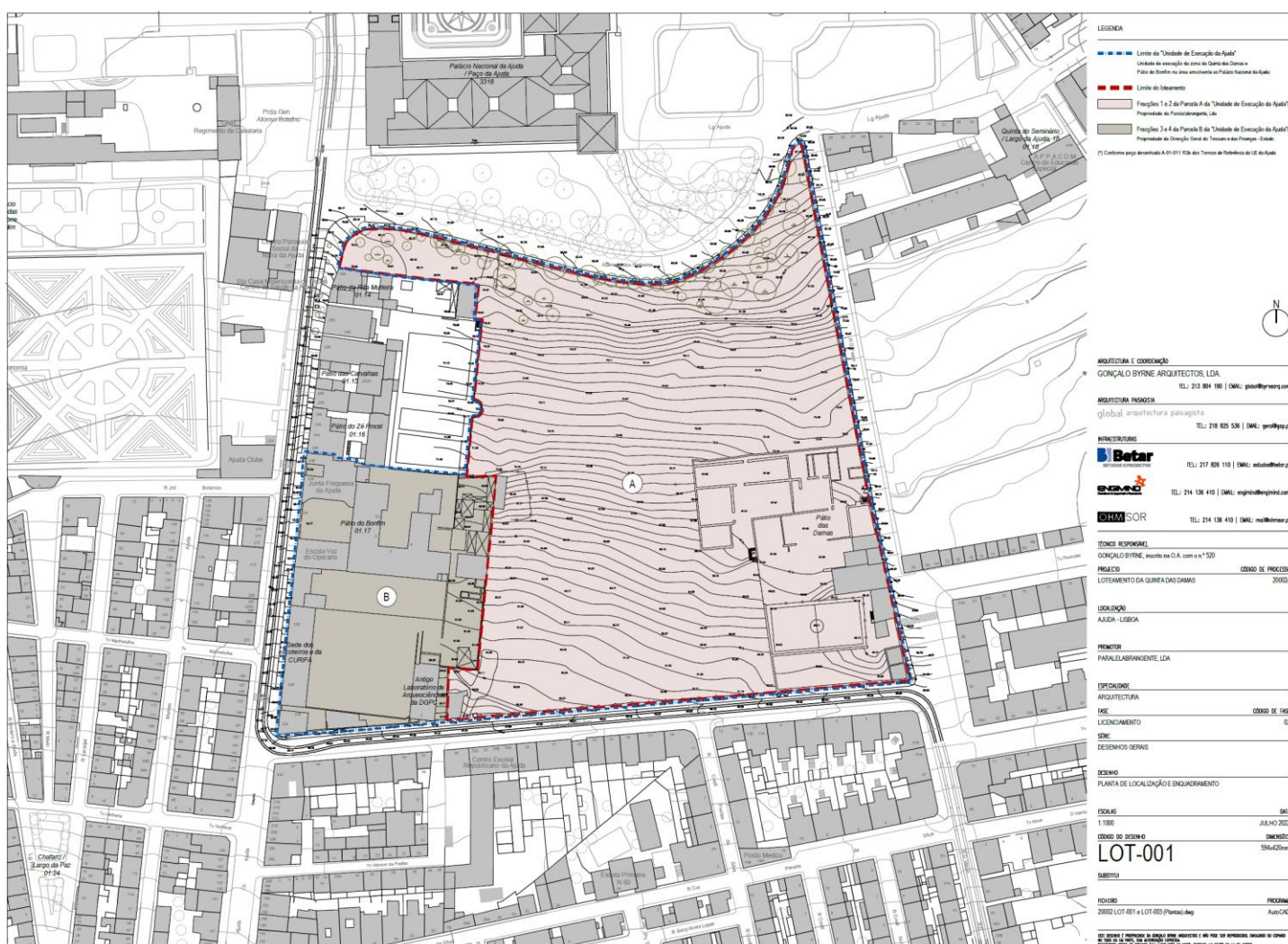


Figura 46 – Planta de localização do Loteamento da Quinta das Damas – Parcelas A e B.

[illegible]

A excepção será a área ocupada actualmente pelas dependências anexas à Quinta das Damas, único elemento patrimonial identificado naquele espaço. Para esta área, o projecto prevê uma urbanização do espaço, com nova construção, prevendo-se a demolição integral dos

elementos existentes, em avançado estado de ruína, com a manutenção apenas do edifício principal, correspondente à Quinta.

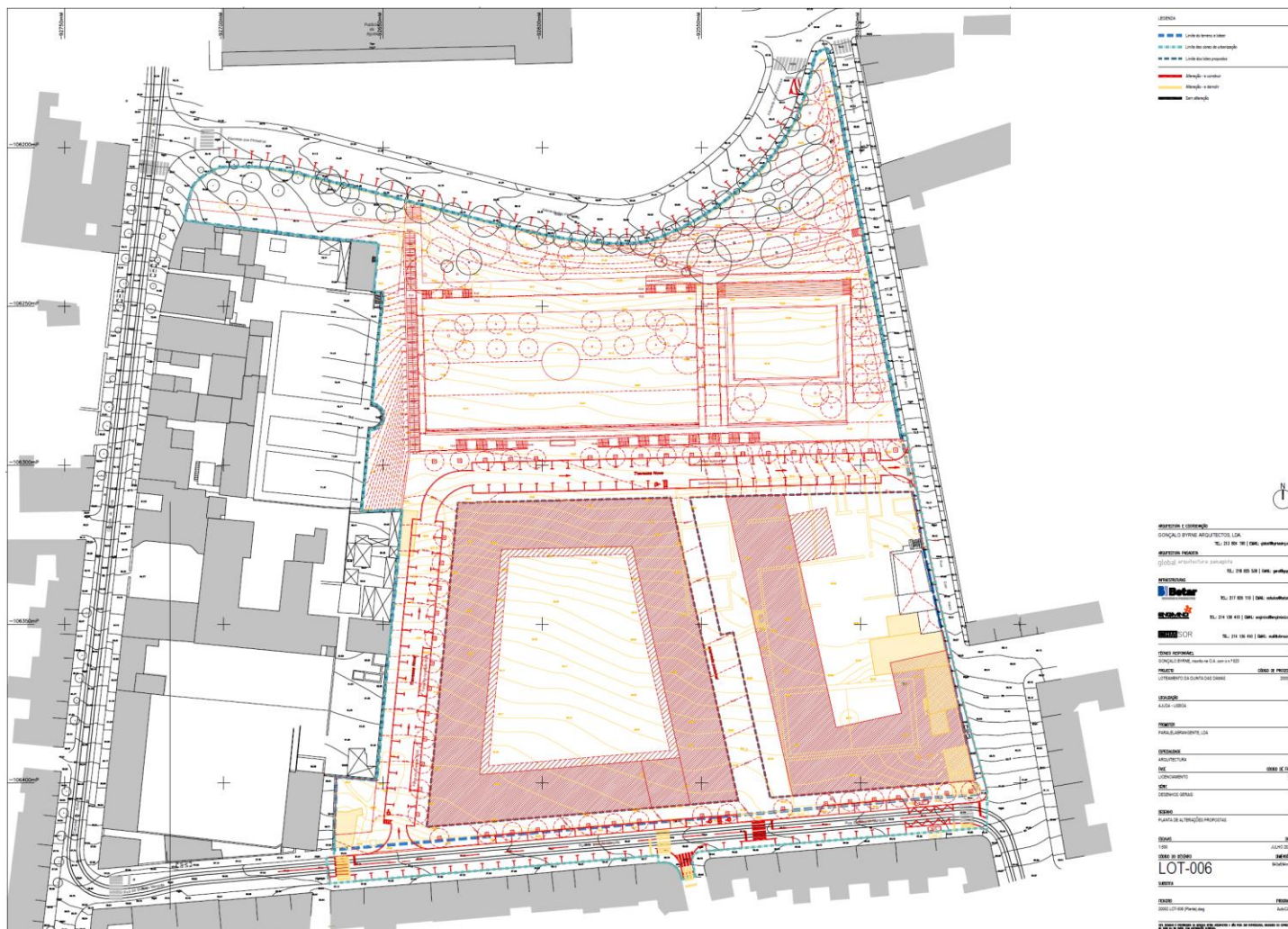


Figura 48 – Planta de alterações propostas.

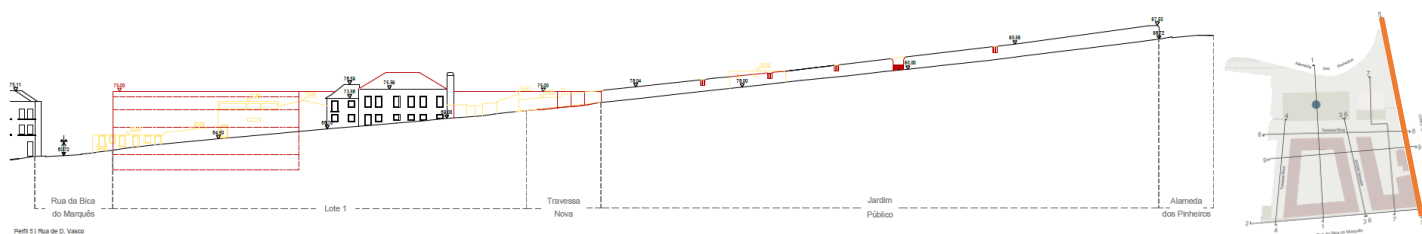


Figura 49 – Perfil de alterações propostas.

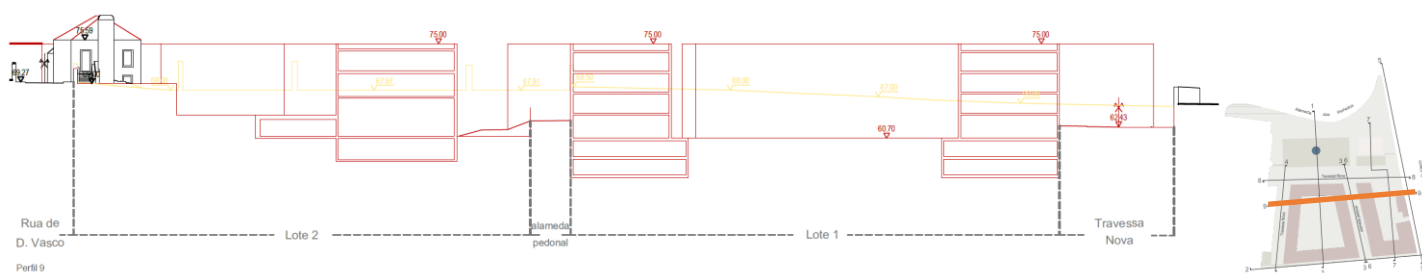


Figura 50 – Perfil de alterações propostas.

Dada a afectação prevista, estipulam-se as medidas de minimização específicas para este elemento patrimonial, que deverão ser executadas previamente a qualquer outra intervenção:

1. Limpeza e desmatação de toda a área onde se encontram as construções em ruína, criando as condições de trabalho e de segurança necessárias à prossecução das restantes medidas de minimização, a qual deverá ser realizada com acompanhamento arqueológico permanente;
2. Levantamento topográfico de pormenor com vista à preservação de memória futura;
3. Levantamento fotográfico e/ou tridimensional de pormenor com vista à preservação de memória futura;
4. Registo documental para memória futura, materializado na recolha de imagens de vídeo, pesquisa documental, execução de memória descritiva e/ou quaisquer outras acções que se verifiquem necessárias;
5. Execução de sondagens de diagnóstico de solo e parietais com vista a detecção de possíveis pré-existências e melhor caracterização da construção existente, com posterior definição das medidas de minimização adicionais a adoptar em fase posterior;

Medidas de minimização a aplicar em fase de obra, sem prejuízo de outras que poderão vir a ser estipuladas de acordo com os resultados da fase prévia:

6. Acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos que impliquem escavação e movimentações de solo e/ou desmonte de estruturas em fase de obra;



Para a restante área de implantação do projecto, estão já em curso as medidas de minimização previstas para a fase prévia à obra, no âmbito do PATA autorizado pela DGPC para a execução de sondagens de diagnóstico prévio. Os resultados obtidos através destas sondagens permitirão estipular as restantes medidas de minimização a aplicar ao espaço em análise nas diversas fases do processo.



10. Medidas de divulgação dos trabalhos realizados e resultados obtidos

Dada a natureza dos dados recolhidos através desta intervenção arqueológica, não se considera haver matéria para a sua divulgação em publicações, congressos ou encontros de foro científico.



11. Bibliografia

Cartografia

Carta Militar de Portugal, nº 431, esc. 1:25000. Serviço Cartográfico do Exército.

Carta Geológica de Portugal nº 34-D Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal.

Duarte Fava, *Levantamento da Cidade de Lisboa: 1807*.

Júlio Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*.

Planta do Real Palácio da Ajuda e das suas cercanias, 1869, Planta por J.A. de Abreu, Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Planta das minas e encanamentos d'água do Almocharifado d'Ajuda, 1901.

Sites de internet

<http://ocorvo.pt/>

<http://geo.cm-lisboa.pt/>

<http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>

<https://www.monumentos.gov.pt/>

<http://www.patrimoniocultural.pt/>

<http://geo.patrimoniocultural.pt/>

Bibliografia

ABECASIS, Maria Isabel Braga – A Real Barraca. A residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o Terramoto (1756-1794). Lisboa: Tribuna da História, 2009.

ANDRADE, José Sergio Velloso d' (1851), "Memória sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos de Lisboa, Belém e muitos outros logares do termo", Imprensa Silvana, Lisboa.

ARAÚJO, Norberto de (1939), Peregrinações em Lisboa. Livro XIII, (2ª edição, 1993), Lisboa.

BURNAY, Maria João Botelho Moniz e PORTUGAL, Ana Mafalda de Castro (2010), A família real na Ajuda no século XIX e o gosto pela natureza, Palácio Nacional da Ajuda – Artigos em Linha, nº 3, Dezembro de 2010.

CARITA, Helder (1999), Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1495-1521), Livros Horizonte, Lisboa.



CASTILHO, Júlio (1937), Lisboa Antiga, 2ª Edição, S. Industriais da C.M.L, Lisboa, p.66-76.

COELHO, António Borges (2006), Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista, Caminho, Lisboa.

FRANÇA, José Augusto (2005), Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, Livros Horizonte, Lisboa.

GEOTEST, Lda – Loteamento na Ajuda – Lisboa, Estudo Geológico e Geotécnico.

OLIVEIRA, Cristovão Rodrigues de – Sumário em que brevemente se contem algumas cousas que há na cidade de Lisboa, 1551. Lisboa: Ed. Biblion, 1938

PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo de (1974), Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa, Coimbra editora, Lisboa.

REBELO, Paulo, DIAS, Nuno (2018), Relatório de Progresso – Acompanhamento Arqueológico na Calçada da Ajuda nº 256-258: Ajuda - Lisboa, Neoépica Lda., Sintra.

RIBEIRO, Mário de Sampayo (1935), “As quintas reais do lugar de Belém”, in Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, Lisboa: Janeiro a Março de 1935.

RIBEIRO, Mário de Sampayo (1940), “A Calçada da Ajuda”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

SANTANA, Francisco (s.d.), Lisboa na 2ª metade do século XVIII (Plantas e Descrições das suas Freguesias), Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

Relatório Prévio, Contextualização histórico-arqueológica – Edifício sito no Pátio José Pincel, nº 1 a 5 (Calçada da Ajuda, nº 246), Ajuda, Lisboa, Neoépica Lda., Sintra.



Anexo I – Fotografia de campo



Foto 1 – Vista Geral da Alameda dos Pinheiros.



Foto 2 – Vista Geral da Calçada da Ajuda.



Foto 3 – Via de acesso à Quinta das Damas a partir da Rua da Bica do Marquês.



Foto 4 – Vista Geral da Rua D. Vasco.



Foto 5 – Vista Geral da área, com vegetação densa.



Foto 6 – Vista Geral da área, com vegetação densa.



Foto 7 – Vista Geral da área, com vegetação densa.



Foto 8 – Vista Geral da área (Oeste), com vegetação densa.



Foto 9 – Vista Geral da área (Sul), com vegetação densa.



Foto 10 – Vista do Edificado Principal, alçado tardoz.



Foto 11 – Interior do Edifício Principal.



Foto 12 – Interior do Edifício Principal, pormenor da parede com pintura mural.



Foto 13 – Edifício anexo a NO do edifício principal.



Foto 14 – Edificado anexo 3.



Foto 15 – Edificado anexo 4.



Anexo II – Cartografia



Anexo III – Fichas de Elemento Patrimonial